



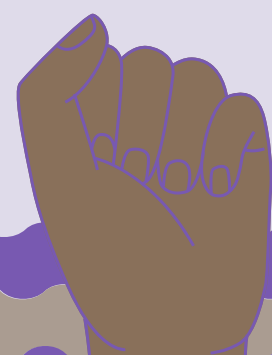
edições
sos corpo

PARA ONDE VAMOS?

FEMINISMO COMO
MOVIMENTO SOCIAL

AUTORIA COLETIVA

LEGALIZAÇÃO
DO ABORTO
JÁ!



PARA ONDE VAMOS?

FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL
Autoria Coletiva

TEXTOS

Ana Carla Lemos
Carmen Silva
Cecília Cuentro
Flávia Clemente
Gabriela Falcão
Gabriela Monteiro
Marília Nascimento
Neide Silveira
Priscilla Brito
Rivane Arantes
Sílvia Camurça
Sophia Branco

SISTEMATIZAÇÃO

Gabriela Falcão

EDIÇÃO E REVISÃO

Fran Ribeiro

PROJETO GRÁFICO

Isabella Alves

APOIO

Brot
für die Welt

HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

A Fundação Política Verde

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios conhecidos ou desconhecidos. Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

P221

Para onde vamos?: feminismo como movimento social / coordenado por Carmen Silva ; ilustrado por Isabella Alves . – Recife: SOS Corpo, 2020.
118 p. ; il. [recurso eletrônico] (autoria coletiva)
ISBN: 978-65-87864-03-7

1. Feminismo. 2. Movimento Social. 3. Feminismo Popular. 4. Formação. 5. SOS Corpo. I. Silva, Carmen. II. Alves, Isabella. III. Título

CDD 305.42

Elaboração: Bibliotecária e Documentalista: Sofie Teles – CRB-5\1901.



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 – Madalena, Recife/PE CEP: 50610-000

SUMÁRIO

06. APRESENTAÇÃO

08. FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL: ELEMENTOS PARA PENSAR A PRÁTICA

22. OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

I. Novos coletivos jovens e o desafio da permanência P. 24

II. Feminismo na periferia e os desafios da renovação P. 30

III. Construindo um movimento regional de mulheres P. 36

Diante do Caleidoscópio: organização P.42

46. OS DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

I. Organizações de mulheres negras
e populares e o desafio de articulação P. 48

II. Primavera das mulheres e o desafio
da ação feminista na internet P. 54

III. Elementos para pensar as práticas articulatórias e organizativas do movimento feminista P. 60

Diante do Caleidoscópio: articulação P. 67

72. OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

I. Coletivos de mulheres nas cidades médias e os desafios da atuação P. 74

II. Desafios feministas nos espaços de participação social P. 80

III. Desafios do ativismo de mulheres negras na internet P. 86

IV. Desafios da organização e atuação do movimento lésbico P. 90

Diante do Caleidoscópio: atuação P. 95

99. A NOSSA MEMÓRIA PARA TECER O MOVIMENTO...

101. PENSANDO JUNTO OS DESAFIOS DO MOVIMENTO FEMINISTA

116. PROGRAMAÇÃO DO CURSO

APRESENTAÇÃO

O caleidoscópio é um instrumento óptico que permite diferentes olhares sobre um mesmo objeto, desenho, horizonte. Tomando esse sentido, o *SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia*, apresenta o **Caleidoscópio**, encontro de formação a partir de um tema específico e que procura intercambiar saberes entre mulheres, coletivos, organizações e grupos atuantes no movimento feminista e, assim como o instrumento óptico, apresentar diversos olhares sobre determinado tema.

Com o objetivo de resgatar velhas ideias e experiências, refletir sobre novas possibilidades e produzir juntas novos pensamentos sobre a atuação do feminismo e outros movimentos sociais no presente contexto político, o **Caleidoscópio “Para Onde Vamos? Feminismo como Movimento Social”**, apresentou através de um espaço participativo de diálogos, múltiplas vozes sobre a prática feminista antirracista e popular. Essa prática foi debatida a partir de experiências de organização, articulação e atuação de coletivos e movimentos de mulheres das cidades, da periferia, do campo, da juventude, de mulheres negras e de mulheres lésbicas. Discutimos as experiências de atuação em espaços de participação social, o ativismo na internet e a atuação política na construção de lutas.

O feminismo é uma teoria, pode ser um projeto de vida, mas, seguramente, é também um movimento social. Ele se expressa como a força política das mulheres nas ruas, nas redes, nas suas organizações e nas inúmeras ações que desenvolvem no dia a dia. Estamos desafiadas a refletir so-

bre como nós, mulheres, nos organizamos, como atuamos para mudar o mundo e como nos articulamos para aumentar a nossa força.

Realizado nos dias 23 e 24 agosto de 2019 em Recife, este Caleidoscópio contou com as contribuições de militantes, coletivos e organizações feministas que atuam na cidade e também fora dela, apresentando perspectivas das teorias de movimentos sociais e diferentes estudos sobre práticas de construção do feminismo como movimento social. Cada convidada apresenta, nesta publicação, sua contribuição teórica fruto de reflexões empíricas, acadêmicas e coletivas sobre as ações do movimento de mulheres e coletivos feministas. Todas refletem sobre quais são os desafios que cada coletivo ou movimento tem que lidar no dia a dia para seguir construindo a luta e o caminho da transformação social. Desde já agradecemos a cada uma pelas valiosíssimas inspirações.

Esta publicação apresenta ainda uma sistematização dos principais temas debatidos e reflexões levantadas de forma coletiva sobre os desafios que estão postos às mulheres e às organizações diante do atual momento político brasileiro, onde a ultradireita alavanca expressões e manifestações fundamentalistas em diferentes setores da sociedade. Esperamos que este material possa continuar suscitando novos olhares, tecendo na luta feminista atual uma prática que beba das fontes históricas do movimento para a transformação do futuro. Boa leitura!



FEMINISMO COMO MOVIMENTO SOCIAL: ELEMENTOS PARA PENSAR A PRÁTICA

CARMEN SILVA*

** Carmen Silva é socióloga e educadora integrante do coletivo político-profissional do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Esta exposição foi feita durante o encontro Caleidoscópio Para Onde Vamos? Feminismo como Movimento Social, em 23 de agosto de 2019, em Recife/PE.*

Tem gente que conhece as teorias sobre movimento social, mas, há também muitas pessoas que fazem movimento social e conhecem na prática. São duas formas diferentes de conhecer, mas elas podem andar juntas. A prática de atuar em movimentos faz com que se compreenda o que é movimento. Isso pode ser bom, mas também pode ser ruim. Ao participar de movimentos a gente se forma com adesão a elementos significativos da cultura organizacional do movimento do qual fazemos parte, e aí também aprendemos os vícios de análise da realidade e de modo de atuação. É sempre muito importante refletirmos sobre a prática, para vermos criticamente a nossa própria formação construída dentro de um movimento social.

O termo *movimentos sociais* é usado para várias coisas e, muitas vezes, parece haver uma divergência porque o termo é usado de formas diversas. Usamos *Movimentos Sociais* como ciclos históricos de luta. Por exemplo, no feminismo, a gente fala no movimento sufragista, como um período histórico no qual as mulheres lutaram pelo direito ao voto. A gente fala em movimento abolicionista, como um tempo em que várias ações de vários grupos ocorriam em defesa do fim da escravidão. Quando usamos *Movimentos Sociais* neste sentido estamos tomando uma causa em um dado período, levada à frente por um ou vários sujeitos coletivos, em enfrentamento com outros contrários à causa, com um conjunto de eventos encadeados em um processo histórico.

Outra forma de se referir a *Movimentos Sociais* é como um sujeito político coletivo difuso que assume uma causa permanentemente. Um exemplo é quando falamos Movimento Feminista, Movimento Negro ou Movimento Sindical. Estamos falando de um sujeito que atua politicamente, é coletivo, mas também composto por vários coletivos, articulações e pessoas individualmente. Não é uma organização do movimento, é um sujeito difuso. É um conjunto de sujeitos que assu-

mem uma causa. Ao me referir ao movimento sindical, não é de um sindicato em particular ou de uma central sindical que falo, nem de um período histórico, mas sim de um conjunto de organizações, articulações, eventos, processos e pessoas que compõem o movimento sindical. O mesmo pode ser dito em relação ao movimento negro, ao movimento feminista ou movimento de luta pela terra.

É possível também falar *movimentos sociais* em referência a um movimento organizado com nome específico dentro do movimento difuso, como Articulação de Mulheres Brasileiras, Marcha Mundial das Mulheres, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Central Única dos Trabalhadores. Esse é o uso mais comum na linguagem dos militantes de movimentos sociais. Nas teorias que estudam movimentos sociais, o termo é usado com mais força para designar ciclos de protesto, num dado momento histórico.

Esses diversos modos de usar a expressão *movimentos sociais* podem gerar confusão. Para quem está entrando no movimento feminista, por exemplo, pela AMB ou pela MMM, pode acreditar que todo o movimento feminista é só aquele movimento específico que ela participa, ou que ele é o verdadeiro movimento feminista. Também torna difícil dialogar com setores acadêmicos quando a militante está falando de sua articulação movimentalista, por exemplo, a AMB, e a interlocutora está discutindo um ciclo de mobilizações contestatórias num dado período histórico, a primavera feminista, ou ao sujeito político coletivo, mas difuso, que assume uma causa, ou seja, o movimento feminista como um todo. Muitas vezes as pessoas não se entendem por estarem falando de coisas diferentes usando o mesmo termo.

Outra dificuldade é quando você está falando do movimento feminista como sujeito difuso e sua interlocutora está vendo apenas um

grupo ou coletivo que atua dentro de um dos movimentos com nome próprio. Há vários coletivos que funcionam de formas diferentes entre si e que compõem um movimento geral, este, por sua vez, sendo diferente de outros movimentos. E todos são feministas.

Como sujeito político difuso, o movimento feminista conta no seu interior com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, que é parte da Articulação de Mulheres Brasileiras, e também com a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas, com o Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu, com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural, a Rede Feminista Antiproibicionista, as Mulheres da CUT, as Margaridas da CONTAG, entre outros movimentos organizados no plano nacional. Mas, conta também com várias feministas não organizadas em grupos e com vários coletivos como Coletiva das Vadias, o Liberta Elas, Espaço Mulher, Coletivo de Mulheres de Jaboatão, a Coletivas em Paulista, as Juremas no sertão do Araripe, são alguns exemplos de Pernambuco, mas tem muitos outros. Existem também vários coletivos que atuam majoritariamente na internet como as Blogueiras Negras, Faça Amor Não Faça Chapinha, AzMina, Transfeminismo, MariaLab e muito mais.

E, vale ressaltar, todo este feminismo esteve dentro desse ciclo de resistência ao golpe de 2016, que pode, em si, ser visto como um ciclo de protesto de movimentos sociais. O #EleNão é uma manifestação dentro desse ciclo de mobilizações da resistência. Para algumas/uns estudiosas/os a ação #EleNão é um movimento social, ou melhor dizendo, pode-se utilizar o conceito de movimento social para interpretá-la.

AS TEORIAS E AS LUTAS

Muitas teorias sobre *movimentos sociais* estudam apenas o ciclo de protestos. Quando fazem isso, nós, que somos militantes atuantes nos movimentos, às vezes lemos e tendemos a não concordar porque sabemos que sem organização permanente não há ciclo de protestos que aconteça. Pode ocorrer um saque, que é uma ação coletiva de protesto que consegue garantir o direito à alimentação, por exemplo, mas é uma ação que não configura um movimento social, conforme o entendimento construído aqui. Mas, ao olharmos apenas para o movimento organizado, com nome próprio, corre-se o risco de refletir só sobre as questões internas a eles.

É importante ter essa compreensão pois, às vezes, acreditamos que existem grandes divergências, quando pode haver questões que nos aproximam de outros movimentos, que são mais consensuais. A mais importante aproximação são as causas pelas quais lutamos.

Mas lutar não é o mesmo que organizar atividades sobre um tema. Muitas vezes fazemos atividades, como seminários, enviamos uma proposta ao legislativo, uma ação na rua, a gente canta uma música no protesto que é conta a violência ou produzimos um dossiê pra denunciar na imprensa. Mas, os processos de luta tem que ter uma certa sistematicidade, um contínuo de ações nos quais pessoas e organizações atuam coletivamente pra fazer com que um problema se torne um problema público, que precise ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade.

Para isso, é preciso que muitas pessoas entendam que determinada situação, a violência contra as mulheres por exemplo, é um problema social e que é injusto. O sentimento e a reflexão sobre a injustiça é que torna possível se mover contra este problema. É fundamental

também que se acredite que é possível enfrentar o problema frente aos antagonistas, aqueles que fazem ou permitem que o problema exista. Também é fundamental acreditar que teremos conquistas, mesmo que não seja de resolução total, seja apenas de uma parte do problema, por isso é necessário ter objetivos simples. É preciso ter fé, ter esperança, acreditar que vamos enfrentar o problema juntas e que isso vai dar um resultado. Ninguém se move em torno de algo que não acredita que vá dar um resultado.

Isso não significa a ilusão de que, nesse sistema capitalista, racista e patriarcal, a violência contra a mulher vai acabar. Mas, é preciso acreditar que algo vai mudar, pois do contrário, ninguém se move, a luta não ganha força. A luta é um processo sistemático que tem a capacidade de juntar muitas pessoas e organizações que podem produzir opinião favorável na sociedade e aumentar a força nos confrontos.

Às vezes, a gente não tem condições de enfrentamento com os antagonistas. Isso nos exige ter estratégias para ir acumulando forças. Para isso, temos que conquistar corações e mentes, ter momentos de formação, de comunicação, de fazer crescer o movimento, de articulação com outros grupos para acumular forças e gerar condições para fazer enfrentamento.

Também incide sobre isso o contexto no qual a gente está fazendo a luta. Esse atual, por exemplo, é um contexto bastante adverso, de crescimento do fundamentalismo religioso, do retrocesso nos direitos, de uma perspectiva autoritária e fascista no Poder Executivo. Além do contexto, também incide sobre as nossas lutas, os outros. A gente planeja pra desencadear todo um processo de luta, mas os outros também planejam, inclusive nossos adversários. No contexto, a gente incide com nossa força, que pode ser fraca ou forte e os outros incidem também, a partir da força deles.

Os outros – nossos oponentes - são pela manutenção da ordem patriarcal, racista, capitalista. São fortes porque a ordem que vigora é a que eles defendem. A gente está fazendo um processo de acumulação de forças, para tentar ampliar nossas possibilidades, contra esta ordem social que vigora. A nossa força em um momento está mais forte e, em outro, mais fraca, dependendo da força do oponente e da conjuntura em que vivemos e também do quanto investimos em nosso fortalecimento. Mas, não podemos fazer a luta fora da conjuntura e sem se relacionar com os oponentes. Por isso, temos que ter estratégias para aumentar nossa força.

Para fazer o enfrentamento com nossos oponentes em qualquer luta, num dado contexto que não é favorável, é preciso ter estratégia, que diz respeito a aumentar o nosso poder. Pressupõe-se que, nesse contexto, existe uma correlação de forças. O seu movimento tem uma força, mas outros movimentos também têm e podem somar com você em articulação ou não, e os seus oponentes têm muito mais forças. Por isso não é fácil ter conquistas.

É necessário muito trabalho para, em um contexto desfavorável, poder atuar fazendo algo que aumente a força e que permita obter alguma conquista. Isso é o que se chama de estratégia. Estratégia não é um jeito de fazer, mas sim o que o movimento social pode fazer para aumentar o seu poder na correlação de forças com os seus oponentes em torno de uma causa. Deve ser um pensamento elaborado coletivamente no movimento. Vai ser um processo de luta com vários passos, vários momentos, mas ele tem como objetivo aumentar o seu poder no enfrentamento do problema que é a causa da luta.

O que pode aumentar o poder de um movimento social? Argumentação e mobilização são dois fatores importantes. Mobilização é agregar mais gente com desejo de enfrentar o problema e isso aumenta o nos-

so poder. Se juntarmos mais gente consciente, aumentamos o nosso poder muito mais. Gente consciente significa que a nossa argumentação seja forte e construída coletivamente. O jeito de juntar também pesa muito na estratégia. Se queremos agregar pessoas conscientes precisamos que elas se envolvam com mente e coração nesta empreitada, que os argumentos sejam construídos coletivamente.

A consciência da exploração/dominação e a consciência de si geram em nós, mulheres, a força pra lutar coletivamente. Ocorre que, muitas vezes, a gente tem uma consciência da opressão, que ocorre por conta da exploração e da dominação, mas analisa como sendo algo que atinge as outras mulheres e não a gente mesma. Aí se perde a consciência de si. Já não consegue operar se mantendo inteira e com força para contribuir com que outras estejam igualmente conscientes. O feminismo como ação para as outras não é suficiente. Nos vemos dentro da situação de exploração e dominação em que vivem as mulheres em geral, ainda que com desigualdades entre nós, aumenta muito a nossa possibilidade de construir um movimento de luta.

A consciência é a compreensão profunda sobre o como e porque nossa vida de mulher é assim como é. Entender que as relações de exploração e dominação são relações entre grupos sociais e que elas sustentam o sistema é muito importante. Ajuda a gente a identificar os inimigos em todas as lutas e também quem pode vir a ser aliado. Mas, a consciência também é o ato de ver-se dentro deste sistema e resistindo a ele. Tomar o seu destino nas mãos e não se deixar esmagar. Construir a si mesma como uma pessoa autônoma, ainda que não possamos estar fora das redes e artimanhas que o sistema nos impõe. A construção de si e a consciência das relações sociais são necessárias no processo de organização do movimento, mas, além de estar organizada, é preciso ter esperança. Quem não tem esperança, não acredita que é possível mudar o mundo. Há muitas pes-

soas que compreendem as relações sociais, mas não se engajam em um movimento para transformá-las.

Nós estamos atuando no espaço-tempo em que vivemos para dar uma contribuição histórica para a transformação acontecer. É importante termos consciência também de que ela não vai acontecer em um dado momento apenas, mas são as nossas ações do presente que fazem com que ela aconteça agora e no futuro também. É muito importante essa ideia histórica de que estamos aqui nesse momento e podemos nos reunir todas e falar sobre isso porque outras pessoas lutaram antes de nós. Se outras mulheres não tivessem lutado, a gente não teria o movimento feminista que tem, portanto, nós vamos deixar para as próximas um outro movimento feminista porque nós estamos construindo algo. Isso dá um senso histórico para a nossa vida.

Cada uma de nós tem um tempo de vida muito limitado e, nesse período, a gente constrói algo que já veio de outra construção anterior, que não dependeu de nós, e que vai seguir por outra construção depois, que também não vai depender de nós. Esse senso de historicidade dá para cada pessoa um pouco de conforto na alma e também a necessidade de refletir sobre o que está fazendo hoje, qual será o legado destas que estão atuando neste momento. A compreensão histórica é necessária também para não naturalizar o movimento e nem a situação das mulheres. Se as relações sociais de exploração e dominação são assim, a luta toda é para destruí-las, fazer as relações sociais se alterarem radicalmente, embora isso leve muito mais tempo do que os anos de nossas vidas.

O QUE MANTÉM AS PESSOAS ATUANDO EM MOVIMENTOS SOCIAIS?

As várias teorias sobre movimentos sociais procuram formas diferentes de discutir duas grandes questões: *Por que as pessoas se juntam em movimentos sociais? O que mantém as pessoas participando e atuando em movimentos sociais?*

Hoje em dia é muito frequente a expressão “o coletivo que eu construo...”, no sentido de dizer que é aquele espaço coletivo que você atua, prioriza. Considero isso muito simbólico, porque participar é diferente de construir um movimento social. Se você constrói, você tem que pensar a respeito dele, se você apenas participa, não tem estratégia a defender internamente. Quem não tem estratégia segue a estratégia dos outros, mesmo sem saber. Você vai seguindo o fluxo. Quem for mais forte nesse fluxo joga a mensagem e você a segue. Esse é um problema para nós, do movimento feminista e também para todos os movimentos sociais. É uma reflexão que serve para uma pessoa, um coletivo, mas também pra um movimento em relação ao campo político que participa.

Mas, *por que as pessoas se juntam?* Tem teorias que dizem que as pessoas se juntam com base numa decisão racional. As pessoas fazem um cálculo do que elas têm a ganhar participando daquele movimento, avaliam custo-benefício e tomam uma decisão. Por exemplo: nós, mulheres, sofremos violência. Eu sou mulher, se eu participar do movimento, pode ser que a gente conquiste uma Lei Maria da Penha e aí diminua a violência contra a mulher, ou, por outro lado, pode ser que participando eu me sinta forte e consiga sair da minha relação violenta. Também poderíamos pensar outro exemplo: eu vou participar deste curso feminista porque, com isso, eu consigo um certificado, e isso aumenta meu currículo. É uma visão de que a par-

ticipação se dá por uma escolha racional na busca de um benefício. Num pensamento racional mais amplo: “eu vou ter essa conquista com este movimento e o benefício vale a pena o custo de participar”. Isso se vincula com uma corrente de pensamento na Sociologia, que é o da Escolha Racional, que diz que as pessoas agem assim, tomando decisões racionais.

Uma outra visão teórica é de que a decisão de participar de um movimento só é construída quando você se sente pertencendo ao grupo que é desfavorecido por um problema que aquele movimento enfrenta. Então, quando você se sente mulher, compreende a exploração e a dominação que as mulheres vivem, você se sente mulher negra ou pessoa negra de um modo geral, e sente que você faz parte daquele grupo que sofre as consequências da estrutura do racismo na nossa sociedade, você tem isso como um sentimento de identificação com aquele grupo. Isso move você para entrar nesse movimento, nessa luta. Nesta outra forma de pensar, a participação em um movimento tem a ver com as emoções, os sentimentos e as identificações.

Tem outras teorias que articulam as duas coisas. Você tem o cálculo racional, que gera uma adesão, mas também tem uma identificação emocional com a causa. Têm outras teorias que dizem que é preciso você ter em vista um projeto político de sociedade no qual aquela causa está inserida. Há também as situações nas quais a organização política que a pessoa participa indica para a pessoa atuar estrategicamente num determinado movimento e ela passa a participar por vínculo ao projeto político da sua organização e não do movimento, necessariamente.

São várias as formas de entender porque as pessoas se juntam em movimentos. Tem teoria que trabalha com a ideia de identidade coletiva, vinculando a identidade à adesão, a um projeto político, a

percepção de um antagonista comum e também a uma vinculação emocional. Você se identifica coletivamente com aquele movimento, com seus símbolos, consignas, jeito de fazer, palavras de ordem ou desordem e aquilo ali constrói um sentimento de vínculo, mas, também, uma adesão ao processo de construção do projeto político.

Em algumas teorias não se discute projeto político de movimentos sociais e sim, quadro ou marcos de referência (frame), uma espécie de orientação coletiva para a ação e para a auto-organização. A ideia de que a pessoa só fica no movimento quando ela tem uma elaboração coletiva que constrói uma visão sobre si mesmo. Esse marco de referência do que é o movimento me captura porque eu comungo desse marco de referência, eu construí junto. Aí se gera a permanência.

A questão fundamental para pensar a segunda pergunta – *o que mantém as pessoas participando e atuando nos movimentos sociais?* - é a vida interna dos movimentos. Para pensar sobre isso precisamos refletir sobre nossas formas de organização. As formas organizativas são o que garantem a permanência de um movimento ao longo do tempo. O que as organizações de movimento têm que ter para que elas sejam interessantes, que sejam algo que nos cativa, que gerem esse sentimento de pertencimento, gerem adesão a um projeto, que elas tenham formas de sociabilidade que permitam a construção de si, a consciência das relações sociais que moldam o sistema e a formulação de um projeto... São esses três níveis necessários para a gente construir um movimento?

Qual é a estética de atuação que nos comove, ou seja, que nos mobiliza coletivamente? O que a gente opta por fazer junto? A gente escolhe fazer de tal forma e isso agrega mais gente ou menos gente? Quais são os nossos repertórios de atuação, aqueles que demarcam a nossa presença no mundo? São perguntas que ajudam a refletir

sobre os modos de organização dos movimentos, suas formas de tomada de decisão e de atuação no mundo.

Importa refletir sobre os repertórios que acionamos para expressão do movimento: fazer batucada ou falar no carro de som, tirar a roupa e pintar o corpo ou vestir os monumentos e colar lambe nos bancos... Os repertórios de atuação têm a ver com o projeto político, mas são também performances que acionamos em um dado contexto para expressar um desejo coletivo. Como performances tem uma estética. Estética é uma relação de fruição. É aquela relação que permite que a pessoa, ao ver algo, se comova, se mobilize emocionalmente diante daquela coisa, e no caso de movimentos sociais, isso acione um sentimento ou uma reflexão sobre a causa em questão.

O que é que fazemos nos nossos movimentos que fazem que as pessoas se mantenham participando e construindo eles? A ação de movimentos se vincula também à construção de si, de cada pessoa. O cuidar de si é entendido aqui como tomar conta do seu processo de vida. Isso dialoga com a consciência das relações sociais que geram exploração e dominação, mas dialoga também com pensar sobre si mesma nestas relações, o que elas impõem que você seja e o que você quer ser, construindo-se a si mesma. O cuidado de si dialoga também com nutrir a esperança, construir um projeto de transformação coletivamente que nutre as esperanças de um mundo melhor e uma vida mais plena de sentido. As organizações de nossos movimentos não podem ser uma chatice, que a gente suporta porque viciou ou porque nossas amigas todas estão lá e a gente fica feliz quando vê as amigas. Há de se construir espaços envolventes que elevem a nossa construção de nós mesmas, como pessoas, e a construção do nosso projeto político coletivo.

Para nós, que compomos o SOS Corpo, movimento social é tudo isso. São processos de organização, mas também de mobilização, capazes de transformar problemas privados em problemas públicos, fazer com que muita gente reconheça isso como injusto, criar processos de luta sistemáticos, mas, também, manter as organizações destes movimentos em momentos que não há processos de luta. Muitas teorias de movimentos sociais veem só o ciclo de protestos e outras teorias veem só as organizações e isso dificulta a nossa vida. A gente entende os movimentos sociais, na vida prática, tanto como as organizações e articulações mais permanentes como o que as organizações fazem, sua atuação no mundo. Na atuação, pode ter um ciclo de protesto, mas também pode ter momentos de acumulação de forças para gerar esse ciclo, momentos de botar a banquinha na rua, panfletar no terminal de ônibus, fazer uma oficina, ir em tal comunidade de casa em casa, construir uma roda de cuidado ou um momento de acolhida, decorar a cidade colando lambes, fazer uma campanha, entre tantas outras coisas mais.



OS DESAFIOS
DA ORGANIZAÇÃO
DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS

I.



NOVOS COLETIVOS JOVENS E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA*

ANA CECÍLIA NASCIMENTO CUENTRO**

** Este é o título do tema que a autora foi convidada a expor no curso Caleidoscópio. O artigo acima apresentado faz parte de sua pesquisa de mestrado intitulado “Racha, a senhora é maravilhosa!” Novas sujeitas e práticas políticas contemporâneas no movimento feminista na cidade do Recife/PE. Recife, PPGS-UFPE, 2017.*

*** Ana Cecília é militante feminista, cientista social, pesquisadora, educadora popular e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba.*

A participação no *Caleidoscópio: Para Onde Vamos? O feminismo como movimento social*, promovido pelo SOS Corpo, me possibilitou compartilhar um pouco das minhas inquietações e reflexões sobre as práticas políticas, construção de identidade feminista e os desafios para a ação coletiva, vivenciados por grupos jovens no contexto da Região Metropolitana de Recife (RMR). Essas reflexões, fruto da minha dissertação, defendida em 2017, permanecem atuais e nos apontam algumas questões importantes para pensar sobre os desafios atuais que o movimento feminista vem enfrentando. Primeiramente, me coloco no lugar de pesquisadora e militante feminista, pois as vivências nesses lugares foram fundamentais para a minha pesquisa e processo de amadurecimento político. Fazer pesquisa a partir desse lugar de viver o que se deseja compreender é um desafio que muitas de nós, que viemos do movimento e estamos na academia enfrentamos. É um fazer, ser, pesquisa e ação que tem frutificado em nossos movimentos e os encontros no Caleidoscópio refletem essa potência que vem sendo tecida para o fazer/saber localizado da pesquisa/ação. Eu trago reflexões sobre o cenário político de Recife e RMR, entre os anos de 2012-2016. No qual identifiquei um “boom” de grupos e coletivos feministas, que pode ser identificado a nível nacional.

O que me inquietou para a pesquisa foi tentar compreender como mulheres cis e trans e pessoas não-binárias construía as suas identidades feministas e como a partir dessa autoidentificação se articularam e organizaram coletivamente para mobilizar práticas políticas e ações coletivas. Compreendo que após a primeira Marcha das Vadias em 2011 o movimento feminista retoma às ruas como espaço legítimo a ser ocupado, lugar potente de articulação política para mobilizar e fomentar as nossas pautas. Soma-se a isso, o que podemos chamar de ciclos de protestos que se iniciaram em 2011, alcançaram seu ápice em 2013 com as Jornadas de Junho e mantiveram as ruas

como espaço de reivindicação até 2015 com a Primavera das Mulheres. Em Recife foram muitos os coletivos que surgiram, mas, por uma questão política eu me debrucei sobre aqueles que: a) surgiram pós 2011; b) são coletivos apartidários (sem defesa de partido ou ligação partidária), que não compunham bases de movimentos feministas nacionais ou setoriais de movimentos mistos (composto por homens e mulheres); c) autorganizados por mulheres cis, trans, pessoas não-binárias, afeminadas e feministas. Foi uma forma de visibilizar outras formas de fazer política para além das formas tradicionais, com foco na autogestão e autorganização feminista. Pelo meu lugar enquanto militante e através de um mapeamento pelo Facebook cheguei a 12 coletivos: Cabelação-PE, Vaca Profana, Poder Feminino Crew (PFC), Coletivo de Mães Feministas Ranusia Alves, Ocupe Sapatão e Coletivo FEMME de Dança (UFPE), Coletivo Periféricas, Faça Amor Não Faça Chapinha, Ou Vai Ou Racha, Coletiva Feminista Diadorim, Colativa e Coletivo Marcha das Vadias Recife. Os últimos seis fizeram parte da pesquisa.

Pude compreender vários aspectos positivos do surgimento desses grupos e coletivos. O primeiro deles foi o resgate a formas de articulação e mobilização política que havíamos perdido com o processo de institucionalização. Esses coletivos reascenderam as problemáticas em torno da representatividade e das formas tradicionais do fazer política. Tem muito forte a ideia de construir algo ao qual as sujeitas se sentissem pertencentes e representadas. Ao mesmo tempo em que a representatividade de outras sujeitas aflora, a necessidade de visibilizar as mulheres negras, lésbicas, as pessoas não-binárias, mulheres trans e suas demandas dentro do feminismo. A retomada das ruas como um espaço de resistência política, ao pensar não só grandes atos, mas, atividades e articulações promovendo a ocupação do espaço público, como praças com cine debates, artes de rua (grafite

e lambe-lambe) e atividades culturais. Ao mesmo tempo em que fortaleceram os espaços autorganizados por mulheres cis e trans, pessoas não-binárias como uma forma de acolhimento e fortalecimento político, tanto em seus coletivos, quanto na articulação com outros coletivos autorganizados. Isso influenciou bastante na forma de organização desses coletivos, para os quais o respeito aos processos e desafios vivenciados por cada sujeita é compreendido como fundamental para a construção política. O pessoal é político como forma e conteúdo, como mobilizador para articular a luta com a vida das mulheres cis, trans e pessoas não-binárias. Isso vem ganhando muita força desde então. A ideia de olhar a outra em seu contexto, para além de uma ideia de “tarefas” a serem cumpridas. Que cada uma possa contribuir a partir de suas condições.

A necessidade de construir em seus territórios também foi um ponto forte na forma de organização, mobilizar a partir da territorialidade e descentralizar as pautas e os lugares de luta, como a proposta do Coletivo Periféricas, de fortalecer as mulheres do Ibura. O ativismo, a arte como resistência e visibilidade lésbica e bissexual, como a proposta política do Ou Vai Ou Racha. Assim como o Colativa, que, através de lambes se comunicam com as pessoas nas ruas. A sátira, o deboche e o escracho como ferramentas políticas, como a proposta da Marcha das Vadias Recife. Essas práticas políticas vem influenciando a estética e a forma como pensamos as nossas ações. Uma forma de agregar quem está fora “da bolha”, a juventude e outras pessoas que se afastam pela estética da política tradicional. Outro aspecto considerável é a internet como uma ferramenta importante de articulação política, como na proposta do Faça Amor Não Faça Chapinha, de através, de sua página no Facebook, fomentar o debate racial de valorização do cabelo crespo como ferramenta política e com isso alcançar outras pessoas.

A prática política construída por esses coletivos possibilitou a abertura de debates até então pouco discutidos, como a questão da branquitude e seus privilégios, da luta antiproibicionista como uma pauta necessária para o feminismo e a necessidade de acolher as mulheres mães, que via de regra, tem negado o espaço da política, pois, estes coletivos, em sua maioria, não estão preparados para acolhê-las e suas crias. Nesse sentido, trouxeram à tona questões fundamentais para pensar e construir espaços e pautas cada vez mais democráticas e inclusivas. O exercício constante de (re)pensar as ações coletivas para alcançar e tocar os corações. A autogestão e a horizontalidade são formas de organização partilhadas pelos coletivos, a construção de formas autônomas para realizar as atividades, com a venda de camisas, materiais. E a não hierarquia como princípio, todas com igual poder e participação nas decisões coletivas.

E quais são os desafios da permanência para esses coletivos? Construir-se coletivamente através de outras práticas políticas têm sido um desafio para os coletivos. No entanto, não acredito que estejam relacionados a uma questão etária ou de tempo de atuação por serem coletivos jovens, como se esse fosse um fator condicionante à dissolução ou desmobilização. Pude perceber uma fluidez na participação das pessoas, com uma rotatividade de integrantes, e também, na realização das atividades/ações coletivas. Mas, compreendo, como parte da construção coletiva e relacionado ao sentimento de pertencimento e reconhecimento coletivo, uma possibilidade de potencialização da autorganização e de respeito de si.

Quando penso nos desafios da permanência e participação política para esses coletivos, compreendo que os desafios têm sido para todes⁰¹, e que dizem respeito à conjuntura social massacrante a que estamos submetidas e que impõem condições de vida cada vez mais precárias, principalmente quando falamos da realidade das mulheres cis, trans e pessoas não-binárias negras e da periferia. Como permaneceremos juntas e articuladas? Como repensar nossos caminhos? Como manter a nossa luta viva? São questões que nos desafiam a pensar a nossa prática política hoje.

Por fim, acredito que as contribuições de cada coletivo, em suas práticas e pautas políticas influenciam em nosso fazer atual, e que os caminhos trilhados nos apontam alguns direcionamentos, como: o fortalecimento da nossa autorganização, o respeito de si e a condição de vida de cada uma, a articulação a partir da horizontalidade e da autogestão, a importância dos territórios, a arte, o deboche, a visibilidade lésbica, bissexual e a luta antirracista. Vivemos tempos difíceis em que (re)inventar-se, para (re)pensar nossos caminhos é fundamental para nossa (re) existência.⁰²

01 A autora opta pelo uso de “todes” como artifício linguístico que desafia a forma binária ou universal de tratamento. Todes engloba a referência ao feminino, ao masculino, às pessoas transsexuais, travestis e não-binárias.

02 Gostaria de mais uma vez agradecer as contribuições e a participação dos coletivos que integram a pesquisa. As suas lutas são potência. Um salve a cada uma!- Cecília Cuentro.

II.



FEMINISMO NA PERIFERIA E OS DESAFIOS DA RENOVAÇÃO

MARÍLIA GOMES*

** Marília Gomes é cientista social, mestre e doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. É educadora social, militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco e sócia-fundadora do Observatório Feminista do Nordeste.*

O SOS Corpo-Instituto Feminista para a Democracia, me convidou para participar do Curso *Caleidoscópio: Para Onde Vamos? O feminismo como movimento social*, com o objetivo de falar um pouco sobre minha pesquisa de dissertação do mestrado⁰³ em Sociologia. De pronto, aceitei. Na estruturação do Curso, fiquei responsável por refletir e colaborar com a discussão sobre “Os desafios de organização dos movimentos feministas”, especificamente sobre o “Feminismo na periferia e os desafios da renovação”. Assim, o texto que segue é uma síntese do que foi exposto.

Quando eu me reconheci feminista e comecei a frequentar espaços de formação feminista, rodas de diálogos, reuniões etc, sempre escutava que “é preciso ir para periferia! O movimento feminista precisa chegar nas periferias!”. Essas afirmações sempre me incomodavam profundamente, primeiro porque essa premissa de “ir” me remete muito a uma noção salvacionista, patriarcalista e hierárquica; bem como eu me questionava: e será que já não existe e elas (nós) são quem não conhecemos? Ainda hoje, escuto tais sentenças, geralmente das mulheres que estão chegando agora no movimento. E o silêncio e os questionamentos já não me tomam a mente, e prontamente respondo: não precisamos ir a lugar nenhum, o feminismo popular já está lá! Essa certeza só foi possível com a pesquisa realizada junto com o **Grupo Espaço Mulher**. Durante cinco meses acompanhei de forma sistemática o Grupo Espaço Mulher, acompanhando suas reuniões e ações coletivas, bem como realizando os depoimentos orais com as integrantes do Grupo. Conversei e escutei o que elas tinham a dizer sobre suas vidas e principalmente sobre a trajetória do Grupo. Nesse processo de pesquisa, percebi que antes de compreender a história, a dinâmica e os desafios

⁰³ NASCIMENTO, Marília Gomes do. Da kombi ao Espaço Mulher: mulheres negras em luta no bairro de Passarinho. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

enfrentados pelo Grupo, eu precisava conhecer minimamente o bairro de Passarinho, o contexto local em que elas estão inseridas.

Sempre que eu falava para as pessoas que estava fazendo pesquisa em Passarinho, as pessoas diziam: “Passarinho? Onde é Passarinho? Não conheço.” Passarinho surge da luta no fim da década de 1980, quando o Conselho de Moradores do Morro da Conceição reivindicava moradia digna para 500 famílias que moravam em situação de risco no Alto Santa Terezinha, no Córrego Domingos Sávio e no Morro da Conceição. É um bairro periférico da cidade do Recife, localizado na zona norte e faz fronteira com bairros dos municípios de Olinda e Paulista. De acordo com os dados do site da Prefeitura do Recife, Passarinho possui uma área territorial de 406 hectares, com 20.305 habitantes, dos quais mais de 50% são mulheres e 74,4 % da população é negra (agregando os números de pardos e pretos). Possui também altos índices de exclusão socioambiental referente à renda, anos de estudo, desenvolvimento educacional e habitabilidade. Atualmente existem duas ocupações urbanas a Ocupação Vila Esperança e Vila Bom Jesus. A primeira é a mais antiga, data de 2006 e ocupa uma área de 33 hectares com a presença de cerca de 5 mil famílias. A maioria das casas são de alvenaria, bem estruturadas, algumas ainda são de madeira. Essa ocupação desde 2007 é alvo da empresa Nordeste Pré-Moldados, que entrou na justiça pela reintegração da posse. Porém, com a articulação e atuação do Grupo junto a outros movimentos e organizações sociais e feministas, a reintegração foi revogada e até o momento as famílias permanecem em suas moradias.

Dito isto, já possível perceber que o Grupo possui uma estreita e intensa relação com o bairro e seus problemas políticos-estruturais, que é uma das características do feminismo popular ou de periferia. Surgido em 1990, o Grupo Espaço Mulher se identifica, atualmente, enquanto um grupo de mulheres negras e feministas. É composto

majoritariamente por mulheres negras, trabalhadoras domésticas, diaristas, donas de casa, aposentadas, na faixa etária entre 49 e 70 anos, com baixa escolaridade. Em relação às pautas de luta, atuam principalmente com ações referentes à saúde da mulher e à violência contra as mulheres, com intuito de transformar a realidade da vida das mulheres. Assim como realizam enfrentamento político contra o Estado, reivindicando políticas públicas e equipamentos públicos que melhorem as condições de vida das (os) moradoras (es) da comunidade de Passarinho. O Grupo consegue articular pautas dos direitos sociais com as pautas do movimento feminista e movimento negro, através da realização de diversas atividades e ações coletivas, tais como o **Sou Gorda Mas Eu Pulo, Beleza Negra e Ocupe Passarinho**. Ao longo dessas duas décadas, de inúmeras rodas de conversas, formações políticas com as organizações e movimentos parceiros, realização de incontáveis atividades feministas e antirracistas, assim como a promoção de ações conflitivas, que antagonizam com o poder público; ocupando lugares de poder que nunca sonharam estar, discutindo os rumos da cidade em que habitam, dizendo qual a sociedade que elas querem para as mulheres negras, integrando redes de movimentos, trocando e se fortalecendo, observo que essas mulheres não nasceram para ser kombeiras⁰⁴ e sim passarinhas, elas gostam de voar, e cada dia estão alçando voos mais altos pelo espaço sideral.

Porém, na luta feminista antirracista nem tudo são flores, os desafios são muitos e se re-atualizam. As mulheres do Grupo em seus depoimentos e nas conversas informais, listaram vários desafios, são eles: o **enfrentamento contra o Estado**, na forma de reivindicações de equipamentos públicos e melhoria dos serviços, a exemplo da luta

04 “O grupo surge do encontro de mulheres negras na década de 1990, em sua maioria trabalhadoras domésticas, que se encontravam na Kombi do vizinho para poder ir ao trabalho, já que o transporte público é um dos serviços públicos deficitários nas periferias brasileiras. [...] Foi desse encontro que elas decidiram criar o grupo para continuar aprofundando os pontos de vista em comum, mas também para se organizar e lutar pelo direito ao bem viver”. Fonte: A prática do fazer popular no feminismo: <http://soscorpo.org/a-pratica-do-fazer-popular-no-feminismo/>

pela implantação de uma creche e ampliação da escola municipal; **embate com os setores fundamentalistas das igrejas neopentecostais**, que impedem simbolicamente a participação das mulheres em atividades e ações realizadas pelo Grupo; **a questão da renovação**, tendo em vista que o Grupo é composto majoritariamente por mulheres adultas e idosas; **sustentabilidade financeira**, visto que o Grupo precisa de um valor mensal para pagar o aluguel e os custos da casa. Apesar desse panorama complexo de desafios que se colocam para o Grupo, as mulheres têm conseguido formas de reinventar para enfrentá-los. Um exemplo é a capacidade de **articulação** com redes de movimentos sociais, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras; com Organizações Não Governamentais, como o SOS Corpo, a Casa da Mulher do Nordeste e a ActionAid; com Núcleos da Universidade e outros movimentos sociais.

Nesse sentido, com seus 20 anos de existência e resistência completados neste ano de 2019, o Grupo Espaço Mulher é a prova viva da existência e da potência do feminismo popular. Assim, encerro esse texto com as palavras de Edicléa, no texto “Nossa raça, nossa resistência” no livro *Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam*⁰⁵, que traduz bem o Grupo:

(...) o grupo espaço mulher representa um espaço significativo de luta e enfrentamento dessa realidade. Luta especialmente contra a exclusão social, com foco na afirmação positiva da identidade de gênero e raça, no fortalecimento da geração de renda e na participação política das mulheres. O grupo representa uma grande conquista para todas as mulheres de Passarinho, pois promove um trabalho coletivo contra o racismo, o machismo, o sexismo e todas as formas de preconceito e vulnerabilidade social (SANTOS, 2016, p. 40).

⁰⁵ SILVA, Carmen (org). *Cirandas feministas: experiências que se entrelaçam*. Recife: Edições SOS Corpo; Instituto Feminista para a Democracia, 2016.

III.



CONSTRUINDO UM MOVIMENTO REGIONAL DE MULHERES*

GABRIELA MONTEIRO ARAÚJO**

** Esse texto é um resumo da pesquisa de mestrado sob título “Medo nós tem, mas não usa”: Narrativas feministas rurais do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), realizada pela autora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM-UFBA.*

*** Gabriela Monteiro é militante do MMTR-NE, feminista negra e educadora política.*

“Medo nós tem, mas não usa” é uma frase atribuída à Margarida Alves, liderança sindical paraibana do município de Alagoa Grande (PB), assassinada em 1983, a mando dos usineiros da região. Hoje Margarida é um símbolo da luta das mulheres do campo, da floresta e das águas, da participação política e organização rural e da reivindicação por direitos – e em seu nome é realizada a Marcha das Margaridas, considerada a maior mobilização de mulheres do Brasil.

Escolhi homenagear uma das maiores referências entre as feministas rurais na investigação de como as mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) se movimentam e exercem enquanto produtoras de conhecimento e protagonistas de suas vidas e de uma luta histórica, ainda que sob tantos atravessamentos de vulnerabilidades. O que reconhecem como parte das ofensivas dos interditos, mas não as interessa “usar”? De que forma articulam o fluir de suas memórias, suas identidades, princípios, modos de vida e de organização, para desaguar num projeto político feminista, antirracista e agroecológico, “apesar de”?

Ao longo do caminho, fui lançando um olhar analítico sobre esses medos e os ressignificando, no âmbito pessoal e no trabalho intelectual. O que essa relação tão antiga e íntima com o Medo poderia me/nos ensinar? Audre Lorde (2009, p. 89, tradução minha) no final da sua vida, nos diários que escreveu quando estava com câncer, conta que buscou conselho com seu próprio Medo e ele a disse: “Nunca irei embora. Eu sou uma cicatriz, um relato da linha de frente, um talismã, uma ressurreição. Um lugar difícil, no queixo da complacência”. A cicatriz que me cabe, da qual não me envergonho, escolhi trazer para a escrita. Afinal, as cicatrizes contam histórias e minha pesquisa não é sobre outra coisa: principalmente, me dediquei a aprender com as mulheres trabalhadoras rurais sobre o exercício feminista de narrar suas realidades. A investigação se voltou para a produção de narrati-

vas das militantes do MMTR-NE, buscando visibilizar e compreender seu processo de autodefinição e considerando histórias orais e as práticas de sistematização, produção de materiais escritos e audiovisuais, além da centralidade das histórias próprias no processo de autoeducação e formação das bases no Movimento.

Como avançar, mesmo com medo? Quando a política do possível se esgota, o que nos ensina o impossível, a utopia? Quais as chaves trazidas pelas categorias que não possuem capital de humanidade na sociedade que aí está? Em tempos difíceis, as experiências exitosas de resistência e enfrentamento se fazem ainda mais necessárias enquanto referências e inspiração, para nos ajudar a promover os caminhos de transformação, para que não sejamos abatidas pela desesperança. Portanto, a pesquisa investigou as compreensões e expressões em torno das narrativas feministas rurais produzidas pelas militantes do Movimento: de que forma as narrativas próprias apontam as percepções das trabalhadoras rurais sobre o feminismo, seus sentidos e significados? Como a construção dessas narrativas reflete seu processo de empoderamento e promove transformações nas suas vidas e práticas organizativas? Quais os caminhos trilhados por elas no entendimento de si próprias como feministas? Estas foram algumas das questões motivadoras de uma pesquisa que seguiu aberta a mudanças durante o seu fazer, respeitando as influências das dinâmicas políticas em suas múltiplas dimensões: seja na caótica conjuntura brasileira, no MMTR-NE ou em minha própria vida.

O âmago do trabalho foi, na verdade, desvendar como o processo revolucionário de autodefinição das mulheres rurais – uma das chaves do pensamento feminista negro, de acordo com Patricia Hill Collins (2016), que enfatiza o conteúdo produzido com caráter específico e autêntico, em substituição das imagens externamente definidas – se contrapõe ao que classifico como a auto-imagem blindada do sujeito

universal, vinculada à matriz colonial de poder do cisheteropatriarcado branco capitalista. Escolho deliberadamente uma analogia militarista para reforçar a violência e a absoluta recusa de tal matriz em quaisquer dinâmicas que proponham revisionismo crítico a respeito de si e dos incontáveis danos que ela arrasta. As narrativas contra-hegemônicas, por sua vez, manifestam a interrupção, a denúncia e a reparação da coisificação a que foram submetidas as categorias subalternizadas: o deslocamento da condição desumana de “objeto” para a dignidade de se assumir sujeito e cobrar o reconhecimento disso.

Considero que não é possível dissociar a construção do sujeito universal (com as identidades que este carrega) vinculada ao processo colonizatório da “fabricação de realidades”, da manipulação de signos e códigos que a ele servem, perversamente engenhosas na elaboração de seus muitos e violentos mitos. O mito de Narciso, o mito da democracia racial, o mito do desenvolvimento, o mito da pesquisa imparcial (e do/a pesquisador/a sem raça), o mito eleito presidente do Brasil, o mito da civilização em si. Alicerçada nas boas heranças dos pensamentos feministas negros e decoloniais, através da análise de poemas, músicas ou mesmo de “fuxicos”, busquei compreender como as trabalhadoras rurais nordestinas evocam as próprias narrativas – tantas vezes marginalizadas, silenciadas, sequestradas, estereotipadas – para desmantelar os mitos colonialistas. Também escolhi me referir ao fuxico como metodologia de pesquisa.

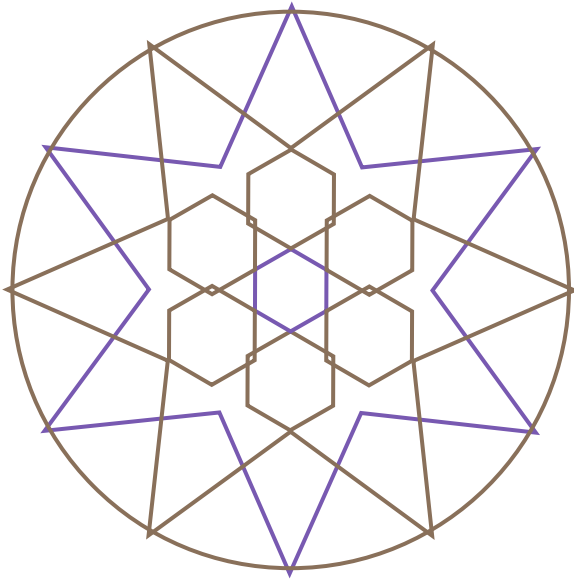
No Nordeste brasileiro, o fuxico é considerado “conversa de mulher”. No senso comum (leia-se no imaginário misógino construído a partir do pensamento branco, elitista, hétero-falocêntrico), uma mulher fuxiqueira é uma mulher considerada fofoqueira, intrometida e assanhada. Uma mulher malcomportada. A partir de uma perspectiva feminista, pode-se subverter esse sentido para perceber como o fuxico é imprescindível enquanto tática de partilha de informação, confi-

dência, desobediência epistêmica. Além disso, é também uma técnica de costurar sobras de tecido em pequenos botões de flor, que se unem para compor peças diversas, um tipo de artesanato muito popular no Nordeste rural. Também pela reunião das mulheres, para realizar a costura de retalhos, envolver o diálogo entre elas, esse artesanato foi intitulado de fuxico.

Assim, o fuxico simboliza a aproximação; é um método de acercamento e promoção de aliança entre as mulheres. É aproveitamento do que “sobra”, do que seria inútil. É conversa de mulheres na cozinha, no quintal, dos lugares “desimportantes”, desprovidos da legitimação patriarcal do que seriam espaços e conteúdos sérios e respeitáveis. É pura criatividade, exercício coletivo feito com nossas próprias vozes e mãos na construção e consolidação de vínculos e belezas. É um método histórico de resistência e produção de informação e arte das mulheres rurais nordestinas.

Ao longo de três capítulos, discorro sobre territórios e narrativas em disputa – a construção de conceitos como desenvolvimento e os paradigmas arraigados nos sistemas políticos servindo a uma concepção de mundo não menos política; considerações epistêmicas de uma prática investigativa posicionada (assumindo e valorando afetividades); caminhos discursivos em reverência às que vieram antes; territórios existenciais; auto-autorização das mulheres rurais e os distintos glossários éticos sob os quais operam os grupos numa sociedade estruturada em opressões. Principalmente, me debrucei sobre histórias que mostram como é visível nos discursos das mulheres do MMTR-NE a valorização dos seus saberes, seu gênero, sua raça, sua classe, sua luta, sua unidade na diversidade, seus territórios, sua cultura: a celebração de ser quem são e do sagrado nelas mesmas, na sua forma de produzir e na terra que ocupam. Um desejo (e cul-

tivo) de vida coletivo que afasta para longe as referências perversas do imperialismo. Como Beatriz Nascimento afirmou, é preciso a imagem para recuperar a identidade, e também, a importância de se tornar visível, compreendendo o rosto de um como um reflexo do outro, o corpo de um como reflexo do outro: “E em cada um, o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda de identidade”.



DIANTE DO CALEIDOSCÓPIO: ORGANIZAÇÃO

As exposições de Cecília Cuentro, Marília Gomes e Gabriela Monteiro foram a base das discussões sobre os desafios de organização do movimento feminista na atualidade. Através do exposto, o coletivo de participantes do curso Caleidoscópio teceu reflexões, aqui sintetizadas e separadas em tópicos.

A QUESTÃO DA JUVENTUDE E OS DESAFIOS GERACIONAIS

O que leva coletivos de jovens feministas a acabar? Aspectos conjunturais como o desemprego, as condições objetivas do cotidiano e a redução dos financiamentos foram algumas das questões apontadas e que acabam gerando uma sobrecarga que leva ao fim alguns coletivos. Dificuldades de permanência que estão sendo vivenciadas diante de um alargamento das condições de precarização da vida. Há também o próprio processo de fluidez da participação nos coletivos, que faz parte do movimento de construção de si e de construção política, de se sentir pertencente ou não a determinado espaço.

Um coletivo jovem não é formado necessariamente só por mulheres jovens. Importante lembrar que a ideia de juventude como se conhece hoje, delimitada pela faixa etária e que se insere a uma lógica de formação voltada para o mercado que atende a uma ordem “natural” das coisas, é uma invenção capitalista. Essa reflexão é pertinente dentro do movimento feminista, uma vez que nem toda mulher se aproxima do feminismo na juventude. Há mais uma relação enquanto uma novidade do que propriamente com a idade. Essa percepção é fundamental para compreender que lemos o mundo a partir de nossas experiências. Coletivos jovens, nesse caso, se referem ao tempo de formação do agrupamento, que pode ter ou não a predominância de mulheres jovens e isso leva a outra questão: as dificuldades de diálogo intergeracional, especialmente em construções coletivas, por conta da renovação e diversidade dos repertórios de ação e das formas organizativas. É o desafio de pensar em outras formas e outras práticas políticas.

FEMINISMO POPULAR E ANTISSISTÊMICO

O feminismo na periferia vai na contramão da ideia de que o feminismo é exclusivamente branco e acadêmico. Nas condições subalternas da vida, as mulheres se unem a partir da identificação e do enfrentamento aos inimigos em comum: o racismo, o patriarcado e o capitalismo. O feminismo é popular por reunir diferentes mulheres em torno da luta por melhorias estruturais em suas comunidades e ao encamparem essa luta, automaticamente estão fazendo uma luta antissistêmica.

Às vezes, cria-se a necessidade de caracterizar uma mulher como feminista a partir de um princípio, mas que nem sempre essa mulher assim se autoidentifique. Essa necessidade parte de uma lógica intelectualizada de querer sempre encaixar as pessoas em conceitos, uma lógica que não reflete a dinâmica da luta na periferia.

DESAFIOS REGIONAIS

No contexto de coletivos que atuam em diferentes territórios e que possuem especificidades organizativas, as distâncias são uns dos grandes desafios. As dificuldades de articular um movimento regional ou até mesmo estadual, questões de transporte e locais para as reuniões também foram apontados pelas participantes. Para o movimento de mulheres rurais, o principal desafio é o da comunicação. O *Whatsapp* se apresenta como o meio de comunicação de referência, ao mesmo tempo que se torna também uma arma estratégica de disseminação de *fake news*, principalmente pelos setores da direita, o que lança um desafio para a organicidade do movimento. No campo há outras complexidades, como a dinâmica acelerada do cotidiano de trabalho, muito influenciada pelo patriarcado que coloca as mulheres rurais presas ao âmbito do doméstico e a diversidade das experiências marcadas pelas diferenças territoriais, o que coloca um desafio de organização, sobretudo diante da precarização das condições de vida das mulheres, como o empobrecimento.

CUIDADO E AUTOCUIDADO

O cuidado de si mesma e a construção de si são importantes. Não só no sentido de cuidado ao próximo, mas no processo de construção de um pensamento autônomo e de um processo de autonomia de nossas vidas, bem como um cuidado conosco mesmas e com as outras. Esse cuidado, no sentido estratégico, é importante porque nós contamos conosco mesmas no movimento organizado, no coletivo local ou no movimento nacional ou como ativista dentro do movimento feminista, sem estar precisamente organizada. É preciso perceber que a possibilidade do cuidado está mediada por relações de gênero, raça e classe. O caminho passa pelas condições de vida, por exemplo. A reflexão política em torno do cuidado apresenta uma

nova concepção de cidadania, de conseguir olhar para as outras pessoas não só como sujeito de direitos, mas como pessoas concretas e com subjetividades.

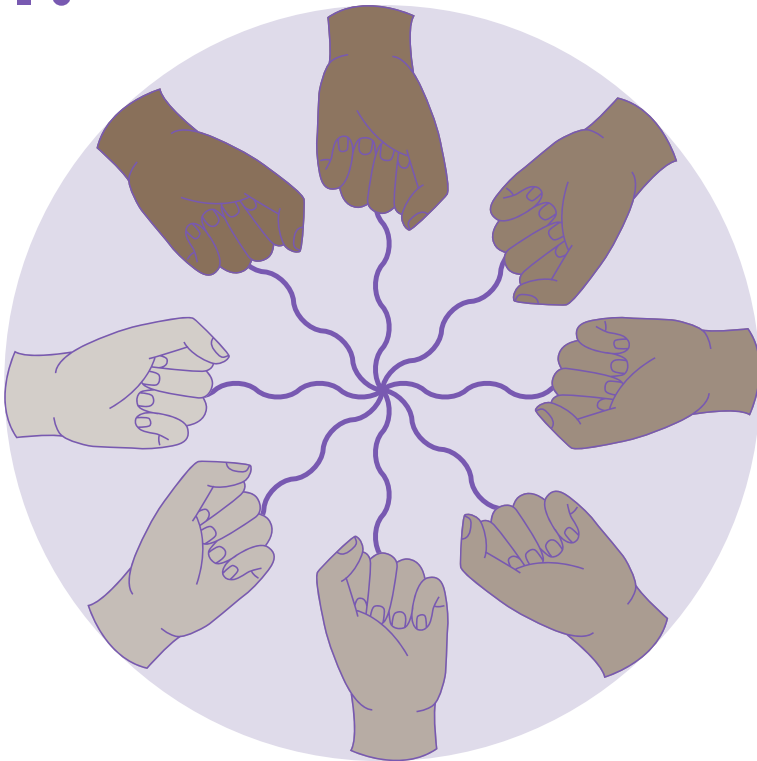
PRODUÇÃO DO SABER E LUGAR DE FALA

Como se pode falar pela outra quando temos a condição e a chance de poder produzir saber onde quer que a gente esteja, na academia, nas nossas organizações, na comunidade? A nossa luta é justamente para quebrar essa ideia de sujeito universal e de saber universal. É também para que qualquer uma de nós, em especial, as mulheres negras, possamos falar sobre qualquer coisa e sujeito. Não queremos falar apenas sobre questão racial e etnia. Queremos falar sobre economia, física quântica, espiritualidade, sobre qualquer coisa. Quando falarmos, será sempre a partir do lugar situado, dos saberes que tivermos a oportunidade de conhecer, das experiências com o coletivo. O problema é que o saber que está colocado como predominante é o saber branco, masculino, proprietário. Então, esse saber que está aí foi produzido por esse conjunto de pessoas e não é o problema eles terem produzido. O problema é eles acharem e quererem nos impor que esse seja o único jeito de saber. O grande desafio é, então, poder falar sobre qualquer coisa e essa produção do saber ser legitimada e ela ser compreendida a partir sempre de um lugar situado.



OS DESAFIOS
DA ARTICULAÇÃO
DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS

I.



ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS E POPULARES E O DESAFIO DE ARTICULAÇÃO*

SILVIA CAMURÇA**

* Os desafios da organização das mulheres negras e populares: uma leitura a partir do Norte e Nordeste é o *título original do artigo da autora. Foi alterado aqui por critério de edição.*

** *Silvia Camurça é integrante do coletivo político-profissional SOS CORPO Instituto Feminista para Democracia.*

Os apontamentos que trago aqui para partilha tem por fonte minha experiência na ação de fortalecimento da organização de mulheres negras e populares do norte e nordeste promovida pelo SOS CORPO em parceria com a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, no período de 2015 a 2017. Foi um processo rico, possível pela iniciativa de CESE e SOS que decidiram apresentar proposta para edital de União Europeia.

Esta experiência foi vivenciada por 119 mulheres de 87 organizações, entre coletivos locais, redes e outras formas coletivas de organização, incluindo aquelas autodenominadas movimento. Algumas destas estiveram mais presentes nos 3 anos do processo, desde sua formulação à sua avaliação, outras estiveram apenas em 1 ou 2 momentos, como participantes de oficinas, seminários e debates públicos.

A todas elas agradeço e peço licença para voltar a esta fonte de reflexão e trazer para este debate algumas informações e questões. Tudo está registrado numa publicação denominada: ‘Mulheres Negras e Populares do Norte e Nordeste: experiências que se entrelaçam’⁰⁶, publicada em 2018. O livro está disponível para ser baixado gratuitamente no site⁰⁷ do SOS Corpo e faz parte da Série Cirandas Feministas.

O primeiro desafio que me vem à lembrança foi o do resgate da memória. Nascidas em condições adversas, por questões de raça e classe, a organização de mulheres negras e populares remonta, e se confunde, com a luta de resistência do povo negro e pobre brasileiro. Desde a colonização, e quando incluímos as organizações indígenas, o tempo volta a mais longe. Seja por tradição religiosa, seja por práticas ‘entre mulheres’ de ajuda e cura, seja por táticas de resistência,

⁰⁶ Mulheres Negras e Populares do Norte e Nordeste: experiências que se entrelaçam. Obra coletiva; Organização de Sílvia Camurça – Salvador: CESE; Recife: SOS Corpo 2018.

⁰⁷ Disponível em: <http://soscorpo.org/publicacoes/series/>

as mulheres negras e populares há muito se organizam. Contudo, organizar-se por força do debate feminista, identitário ou contra opressão das mulheres, é mais recente.

Entre as organizações deste processo, a organização se fez ao início dos anos 70, e por dentro de movimentos mistos. Outro desafio: achar jeito de se encontrar pra conversar. Foi aproveitando encontros de movimentos sociais, sindicais, rurais ou urbanos, feministas e do movimento negro e indígena que mulheres populares (negras ou não, rurais, pescadeiras, quilombolas, e outras) iniciaram seu processo de auto-organização. O cotidiano das mulheres é bem difícil e a questão financeira pesa como obstáculo.

Então sem tempo, ou com pouco tempo livre para a política, e sem grana suficiente, o caminho de atuar em movimentos e a partir deles chamar conversa entre mulheres foi um achado. Os movimentos propunham encontros, cursos, viagens, e nestas atividades, mulheres inquietas com sua condição, com frequência chamavam outras para reuniões ‘a parte’, na noite, no quarto, num cantinho menos movimentado do encontro. Foi assim que iniciaram-se as conversas e tecitura de muitas organizações.

Compreendi que pras mulheres importa entrar na política, por onde for, no processo encontramos as outras e seus coletivos, a partir daí fundamos novas organizações, transitamos de movimentos mistos a movimento de mulheres, ou passamos a ter dupla militância, mas, em todo caso, avançamos. Como ter contato nacional, ou mesmo estadual, sem estar com outras nas lutas sociais? Nos tempos recentes, o espaço das universidades públicas tem sido também o momento de encontro e organização, mas prevalece entre negras e populares, os encontros e atividades dos movimentos sociais.

Concluo que não apenas por ser momentos de mobilização e debates, mas por ser os momentos em que as mulheres podem inserir-se em caravanas e delegações locais e assim ter financiado seu contato para além do território local em que ficamos amarradas pelas condições de nosso viver, de mulheres. Esta situação pode ser comum a todo país, mas, sem dúvida, para o Norte e Nordeste, regiões precarizadas com população mais empobrecida, é crucial.

Um segundo desafio, e aqui encerro, é a desigualdade entre as mulheres, neste caso marcada pelo racismo, vez que majoritariamente as mulheres populares têm renda similar na região, ou não tem renda alguma. Mas, além da desigualdade social há muitas diferenças: as diferenças de experiências pelos territórios de vida; a experiência indígena na amazônia, distinta da experiência indígena no nordeste, distinta entre pescadeiras de praia, de rios e de mangues. Quilombolas urbanas, vivem sua identidade de forma distinta de quilombolas em comunidades isoladas, ou quilombolas em matas. E as periferias? Entre periferia nas águas (Amazonas por exemplo) e nas áreas urbanas populosas, muita diferença nos aparta. A exclusão de acesso, dificuldade de deslocamento e comunicação variando por sotaque, língua, povos indígenas e comunidades tradicionais afrodescendentes, ritos e signos distintos. Quilômetros de territórios, história, memórias e opressões a vencer para poderem se ver, se encontrar. São situações similares, mas vivenciadas desigualmente pela pobreza, pelo racismo. Pelas condições do território.

Nos três anos do processo vívido, nos debatemos sobre a possibilidade de mulheres negras e populares terem identidade política, dada tantas diferenciações e desigualdades. Foi tanto que doeu e gerou poesia. E cito a música-poema de Rosalva Silva Gomes, quebradeira de coco. Impactada por nossas dificuldades em nos entender, em

especial sobre o feminismo e sobre uma identidade política comum, Rosalva formulou uma compreensão única e rica da situação no primeiro verso de sua canção, um lamento, construído e partilhado durante um dos encontros, justo o que debateu feminismo. Eis o verso:

“SEPARADAS POR UM RIO,
UNIDAS POR UM GRANDE MAR,
UM MAR DE LUTA,
UM MAR DE PAUTAS,
UM MAR DE QUERER...”

Para mim Rosalva explicou que, embora separadas pelas desigualdades, nós estamos unidas, unidas pelo ‘mar’ de luta, pelo ‘mar’ de pauta e pelo ‘mar’ de nosso querer comum de transformação, bem viver e justiça. Se o rio da vida nos põe em margens opostas, o mar de lutas comuns e na mesma direção nos faz encontrar identidade política de um campo, um campo político de mulheres: negras e populares.

Então deixo o segundo desafio organizativo: saber quem se é (conhecendo suas margens), mas reconhecer as que são do mesmo campo político. Dupla reflexão e saber fundamental para aumentar a força política das mulheres organizadas. Em tempos de protagonismo, ‘celebração de si mesma’, busca de visibilidade....nada mais atual como desafio.

II.



PRIMAVERA DAS MULHERES E O DESAFIO DA AÇÃO FEMINISTA NA INTERNET*

PRISCILLA BRITO**

** Neste artigo a autora traz reflexões obtidas em sua pesquisa de mestrado intitulada “Primavera das Mulheres”: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015, realizada no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ).*

*** Priscilla Brito é Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, pesquisadora das áreas de gênero e movimentos sociais e militante da Articulação de Mulheres Brasileiras.*

Há alguns anos, vivemos um período histórico de muita visibilidade das lutas feministas. Em 2018 estivemos envolvidas com as mobilizações #EleNão, em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL/RJ) à presidência. Elas lembram outro momento político, quando a campanha #ForaCunha se opôs às ações de Eduardo Cunha (PMDB/RJ) na presidência da Câmara Federal e ao Projeto de Lei 5069/2013, de sua autoria. A campanha deu origem a um ciclo de protestos que ficaram conhecidos como Primavera das Mulheres. #EleNão e #ForaCunha são, portanto, exemplos de usos da internet que vão além da simples transmissão de ideias. São ações de mobilização que impulsionam manifestações nas ruas, mas ainda pouco compreendidas por nós, ativistas e pesquisadoras do campo feminista.

O tema da relação entre internet e feminismo faz parte da minha própria experiência como feminista e passa também pelo trabalho na Secretaria Executiva da Universidade Livre Feminista. Foi a partir das inquietações que essas experiências me provocaram que desenvolvi a minha pesquisa de mestrado, com foco nos usos da internet para a mobilização das manifestações no Rio de Janeiro contra o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), o #ForaCunha, e o Projeto de Lei 5069/2013, a Primavera das Mulheres (BRITO, 2017). O PL restringia o acesso das mulheres vítimas de violência ao serviço de aborto legal no SUS e na semana do dia 21 de outubro de 2015, entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal (CCJ).

O Caleidoscópio, processo de formação promovido pelo SOS Corpo, me deu a oportunidade de sistematizar algumas reflexões sobre a relação entre uso da internet e organização política feminista. Na ocasião, coloquei duas questões, que dialogam com as questões apresentadas pelo grupo, conectadas pelo interesse em compreender melhor as nossas formas de atuar coletivamente. A primeira reflexão

é sobre mudanças nas formas de estar no movimento em relação a outros períodos históricos, mas que não se restringem à juventude, nem se tratam de novidades por completo. Outra questão é sobre o papel das feministas que inicialmente são responsáveis por chamar e mobilizar outras, que em geral são feministas com diferentes inserções políticas, trajetórias distintas, mas que contribuíram para as manifestações ganhassem amplitude.

A pesquisa que fiz se concentrou no Facebook, que foi o principal espaço de articulação para os protestos da Primavera das Mulheres. Trata-se de uma rede social privada criada em 2004, por onde circulam informações entre redes de contatos e que proporciona intensos estímulos interacionais às pessoas. Além do Facebook, outras plataformas, como Twitter, Instagram e, mais recentemente, o Whatsapp, se tornaram muito populares e têm como principal atrativo o fato de o acesso a elas por perfis pessoais não serem pagos. As empresas proprietárias dessas plataformas baseiam seus lucros na publicidade dirigida, ou seja, oferecem as informações das pessoas que as utilizam para que as empresas possam direcionar sua publicidade a públicos específicos dentro dessas mesmas plataformas.

Ao observar os eventos feministas que impulsionaram as manifestações da Primavera das Mulheres, tive a impressão de estar acompanhando o registro de formas de ação que, como já apontavam as teóricas feministas há muito tempo, não colocam público e privado como esferas apartadas. As mulheres que convocaram os eventos que deram origem à Primavera das Mulheres tem em comum o fato de terem crescido em um mundo em que o uso de aparelhos eletrônicos para a comunicação já estava difundido e é usado para todo o tipo de atividade.

As plataformas usam a memória de processos em que as experiências pessoais e políticas se fundem e evidenciam que não é só no espaço público que a disputa democrática acontece. A ação feminista cotidiana, que não se expressa em grandes manifestações sempre ocorreu. Mas com as plataformas, temos uma amplitude maior das interações possíveis e o registro de como algumas delas acontecem.

Na mesma semana em que os protestos da Primavera das Mulheres começaram a ser organizados, por exemplo, circularam nos espaços virtuais as campanhas #primeiroassedio, “Cunha sai, pílula fica”, e um debate relacionado à redação do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sobre problema da violência contra as mulheres na sociedade brasileira. Nessas campanhas, fica nítido como internet acelera o processo de difusão das informações, tornando os processos políticos igualmente rápidos e dinâmicos. Os aplicativos das plataformas disponíveis no celular, instrumento de uso individual e constante, permitem essa difusão de forma descentralizada e com origem nem sempre rastreável. Qualquer pessoa pode modificar e transformar a informação para compartilhar e, inclusive, muitas vezes o sucesso da campanha depende do nível de personalização das mensagens.

Por todas essas características, alguns autores argumentam que as plataformas da chamada Web 2.0 não são apenas objetos, instrumentos ou meios, pois as formas de comunicação nelas tem um impacto nas nossas subjetividades, na nossa forma de compreensão dos processos políticos e na nossa relação com o tempo e o espaço. Uma coisa que todas as três organizadoras dos eventos virtuais me disseram é que para que o protesto acontecesse, a convocação deveria ser lançada no momento em que surgisse um fato importante. No caso da Primavera das Mulheres, no dia em que saiu a notícia sobre a possibilidade do PL 5069/2013, mulhe-

res que não tinham relação entre si criaram, por conta própria, eventos no Facebook.

Assim, a Primavera das Mulheres se assemelha a processos como o da Primavera Árabe, dos Indignados da Espanha, do Occupy Wall Street e, no Brasil, das Jornadas de Junho de 2013. Mas com o passar do tempo, como sustentar o interesse das pessoas quando se esvai esse sentido de urgência? E como garantir que além da disputa pelo espaço público, as manifestações gerem outros efeitos políticos nas instituições?

Teoricamente, qualquer pessoa pode criar um evento para um protesto. Na prática, é preciso ter acesso a internet, um perfil registrado na plataforma com uma rede de contatos já feita, e que consiga convencer seus contatos a aderirem - o que eu observei que depende de se posicionar com frequência sobre temas políticos e relacionados aos protestos. Uma tinha mais experiência com uma rede mais “formadora de opinião”, outra tinha contato com movimentos de mulheres nacionais e, por fim, havia uma que estava empenhada em uma campanha contra Eduardo Cunha, autor do projeto de lei e presidente da Câmara Federal.

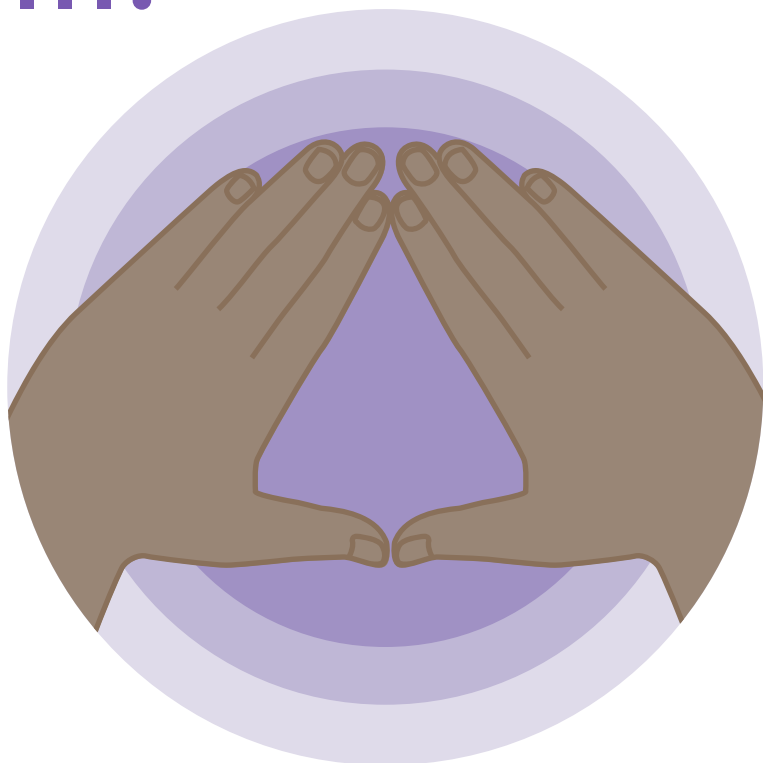
Assim, a aposta na diversidade de experiências de mobilização parece ter sido importante para o protesto ganhar a amplitude que ganhou e se espalhar por outras cidades. Sendo o movimento feminista diverso e pouco centralizado, essa diversidade permitiu a difusão rápida de conteúdos, com a ajuda de um contexto político favorável e com muita visibilidade para os temas de direitos das mulheres.

Para o debate do Caleidoscópio, resgatei essas questões, mas também fiz uma provocação no sentido de pensarmos como esse contexto mudou, agora que vivemos um contexto de retrocessos.

E, além disso, um contexto onde a internet é usada para propagar notícias falsas e discursos de ódio, marcado pela criminalização e perseguição de ativistas.

Seria possível estabelecermos uma relação antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e numa perspectiva crítica com a internet? Ou ao menos, seria possível promover uma ação política baseada nesses princípios usando plataformas tão orientadas para o lucro como são as usadas em larga escala hoje?

III.



ELEMENTOS PARA PENSAR AS PRÁTICAS ARTICULATÓRIAS E ORGANIZATIVAS DO MOVIMENTO FEMINISTA*

SOPHIA BRANCO**

** Cuidado, horizontalidade e autorreflexão: uma tríade feminista é o título original do artigo da autora. Foi alterado aqui por critério de edição.*

*** Sophia Branco é socióloga, militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e colaboradora da Universidade Livre Feminista.*

Em 2016, quando iniciei esta pesquisa, estávamos diante de um cenário de forte avanço do conservadorismo. A esquerda enfrentava impasses de articulação política que dificultavam o enfrentamento ao cenário: os seus antagonismos internos explodiam e isso dificultava uma atuação conjunta frente ao que estávamos vivendo. Eu estava interessada em entender como tínhamos chegado até aquela situação. Ou seja, como o discurso hegemônico da esquerda foi se desgastando progressivamente até chegar a um ponto tal em que ele já não conseguia se remendar.

Escolhi investigar essa trajetória a partir do diálogo com militantes feministas que atuam na Região Metropolitana do Recife, com o intuito de compreender o seu olhar em relação à crise política que estávamos vivendo. Ao decidir abordar a história da esquerda nas últimas décadas a partir do diálogo com estas militantes, quis deslocar de duas formas a maneira como normalmente olhamos para esta história. Primeiro, ao pensar sobre a trajetória da esquerda a partir do olhar de militantes feministas, pretendi trazer para o centro dessa narrativa uma força política que normalmente está localizada nas suas margens: a força das mulheres. E, ao deslocar esse olhar para uma cidade do Nordeste, quis ouvir as histórias que normalmente não estão inscritas nas narrativas oficiais do feminismo brasileiro e tampouco da esquerda brasileira.

Entrevistei dezessete militantes de diferentes coletivos e movimentos sociais, entre eles: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM), Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Cabelação – Pernambuco, Faça Amor Não Faça Chapinha (FANFC), Poder Feminino Crew, Coletivo Diadorim, Coletiva das Vadias (então Marcha das Vadias – Recife) e Colativa. Ao

convidar as participantes da pesquisa, procurei contemplar uma diversidade geracional, racial e de perspectivas políticas, com o intuito de trazer diferentes pontos de vista sobre as questões abordadas.

Essa pesquisa deu lugar à minha dissertação de mestrado em Sociologia⁰⁸, intitulada *Os feminismos e a crise do campo discursivo da esquerda: reflexões sobre as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular*⁰⁹. Nesse título, estão presentes dois conceitos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe¹⁰ que são importantes para a pesquisa: “campo discursivo” e “práticas articulatórias”. Para esses autores, a disputa hegemônica só é possível porque a política se dá a partir de um movimento permanente de construção de alianças e redefinição de fronteiras e identidades. A esse processo, Laclau e Mouffe dão o nome de práticas articulatórias. As práticas articulatórias, por sua vez, resultam na formação de discursos. Nenhum discurso é estático e acabado. Há sempre algo que o excede, ou seja, há sempre diferenças que não encontram lugar dentro daquele discurso, ficando obscurecidas ou às suas margens. E é por isso que a articulação política e a disputa hegemônica são possíveis: como não existe a possibilidade de determinarmos esses campos discursivos de forma permanente, as fronteiras que os delimitam são constantemente deslocadas pelas disputas políticas.

A esquerda, por isso, não é entendida aqui como um campo definido, mas como o resultado de um processo permanente de articulação política que vai criando e deslocando suas fronteiras. Ela se transfor-

08 No Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

09 BRANCO DE LIMA, Paula Sophia. *Os feminismos e a crise do campo discursivo da esquerda: reflexões sobre as práticas articulatórias do Campo Democrático Popular*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

10 Para uma discussão aprofundada sobre esses conceitos ver *Hegemonia e Estratégia Socialista*, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (Capítulo 3: Além da positividade do social: antagonismos e hegemonia). Publicado em 2015, pela Editora Intermeios.

ma contextualmente. As entrevistas trouxeram um mosaico de análises e experiências vividas pelas entrevistadas, que estão ligadas ao momento e aos espaços em que elas iniciaram e construíram as suas militâncias. Fiz o exercício de compreender essas décadas a partir desses depoimentos que ora falavam sobre o contexto local, ora falavam sobre o contexto nacional, trazendo análises sobre as disputas dos movimentos feministas com sindicatos, partidos políticos e outros movimentos sociais e sobre as disputas que se dão dentro dos próprios movimentos feministas.

Ao analisar esse período, percebi que as dificuldades que a esquerda vem encontrando de articular ações conjuntas entre seus diferentes setores estão ligadas ao esgotamento do projeto político hegemônico que vinha sendo construído nas últimas décadas. Na minha leitura, um dos fatores que levou a esse esgotamento foi a dificuldade que seus setores hegemônicos tiveram de construir sua renovação em diálogo com as demandas da diversidade de setores que articulam este campo. O projeto hegemônico da esquerda brasileira durante esse período, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, experimentou um momento de grande efervescência e pluralidade na década de 1980, mas silenciou progressivamente essa diversidade, fechando-se em um ideário desenvolvimentista. A identidade e as fronteiras que os setores hegemônicos da esquerda buscavam delimitar deixaram progressivamente de contemplar a pluralidade de reivindicações das forças políticas de esquerda.

O campo feminista, por outro lado, passou, ao longo desse mesmo período, por um intenso processo de revisão crítica da sua identidade e das suas fronteiras, enfrentando suas próprias desigualdades. Diferente do que a narrativa oficial do feminismo brasileiro aponta, pude identificar uma presença significativa das mulheres de classe

popular na luta feminista no Recife desde a década de 1980 e, também, fortes alianças entre as feministas e sindicatos de trabalhadoras rurais e de trabalhadoras domésticas. Essa atuação, assim como essas alianças, normalmente são invisibilizadas, criando uma narrativa que conta a história de um feminismo centrado na atuação de mulheres brancas de classe média. As inúmeras tensões trazidas à tona pelas feministas negras e de classe popular em momentos históricos como III Encontro Latino-Americano e do Caribe, que aconteceu em Bertioga-SP, em 1985, e o IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns-PE, em 1987¹¹, revelam não apenas a pluralidade deste campo, mas também as disputas que estavam em causa em torno da identidade e do projeto político feminista no Brasil¹².

Embora os espaços feministas estivessem sendo construídos por uma diversidade de mulheres, havia um protagonismo marcado por classe e cor. Trejeitos, linguagem e escolaridade estavam por trás do que significava, então, ser uma mulher feminista. A “cara oficial” dos feminismos das décadas de 1970 e 1980 revela as muitas desigualdades que existem dentro e fora dos movimentos sociais, a partir da invisibilização da pluralidade desse campo. Pude perceber, entretanto, que o campo feminista vem passando, ao longo dessas décadas, por uma intensa revisão da sua própria identidade, buscando visibilizar as suas desigualdades históricas e rever seu projeto político. Esse movimento de revisão tem sido impulsionado pelos enfrentamentos das mulheres negras, de classe popular e, mais recentemente, indígenas e trans. Enquanto o projeto hegemônico da esquerda passou por um processo de fechamento, o campo feminista passou por um processo de abertura da sua identidade.

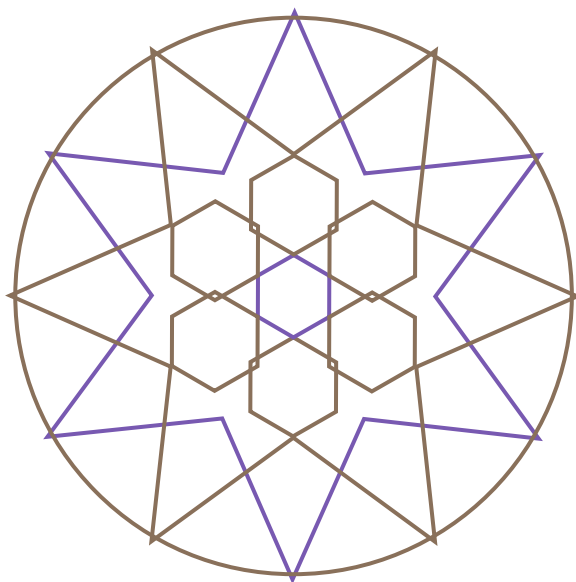
¹¹ Para citar apenas alguns acirramentos que se deram ainda na década de 1980.

¹² Sobre feminismo popular ver “Feminismo popular e lutas antissistêmicas”, de Carmen S. M. Silva, publicado pelo SOS Corpo, em 2016.

A análise dos confrontos políticos que moldaram o campo da esquerda no Brasil ao longo dessas décadas me levou a identificar uma especificidade do processo de articulação política dos movimentos feministas: o compromisso com o cuidado, a autorreflexão e a horizontalidade. Esses três elementos operam juntos na construção de alianças políticas entre feministas, dando origem a uma maneira de conceber a política que questiona a divisão patriarcal entre público e privado. A partir dessa separação, construiu-se uma compreensão patriarcal da política que exclui nossas emoções e sentimentos. Essa compreensão de política também opera a partir de uma lógica da guerra, excluindo possibilidades de cooperação e cuidado. É uma forma de conceber a política que passa por cima de muitas desigualdades em nome de uma suposta racionalidade pragmática.

Sugiro que, ao inserir valores como o cuidado, que historicamente estiveram circunscritos à esfera privada, os movimentos feministas não eliminam a dimensão do conflito que é constitutiva do político, mas têm inventado uma nova forma de lidar com ele. O compromisso com essa tríade tem contribuído para a construção de espaços mais democráticos de debate, evidenciando que se não estivermos atentas ao fato de que estamos em condições desiguais de disputa política, a nossa agenda será sempre construída de acordo com as prioridades dos grupos sociais que têm mais poder dentro dos nossos movimentos. A escuta atenta para as diferentes realidades vivenciadas pelas militantes e a autorreflexão sobre as nossas próprias trajetórias têm sido ferramentas importantes para que possamos estabelecer o diálogo, inventando caminhos que resultem em discursos menos excludentes.

O compromisso com a tríade não significa que os movimentos feministas resolveram todas as suas desigualdades internas. Ele é um devir e não algo dado. Afinal, nenhum discurso é definitivo. A horizontalidade, o processo permanente de autorreflexão sobre as nossas práticas e o fortalecimento do cuidado de umas com as outras é um horizonte político que estamos buscando permanentemente e que nos impulsiona a seguir revisando criticamente as nossas identidades. Esse compromisso tem visibilizado cada vez mais as desigualdades presentes nos nossos espaços e mostrado como não são simples os desafios que precisamos enfrentar para a construção de projetos políticos que contemplem a nossa diversidade.



DIANTE DO CALEIDOSCÓPIO: ARTICULAÇÃO

Os artigos de Silvia Camurça, Priscila Britto e Sophia Branco foram a base das discussões sobre os desafios de articulação do movimento feminista na atualidade. Através do exposto, o coletivo de participantes do curso Caleidoscópio teceu reflexões aqui separadas em tópicos, apresentados abaixo a partir da síntese das discussões.

UNIDADE

O campo da esquerda vivenciou num passado recente um esgarçamento pela falta da construção de um inimigo comum. Essa articulação acontece e se fortifica quando se tem muito claro quem é esse outro no campo político. O esgarçamento levou a uma crise do campo democrático popular. O golpe de 2016 evidenciou qual é o inimigo em comum. O presidente é o grande símbolo desse inimigo em comum, presente no nosso cotidiano. O grande desafio atual do movimento feminista é de articular discursivamente e politicamente as nossas práticas organizativas diante desse cenário.

Outro desafio apontado é o de, coletivamente, construir uma unidade em torno desse inimigo em comum. O desafio passa também por não repetir as práticas patriarcais nos espaços políticos por onde passamos, inclusive, na política institucional. Enquanto feministas, temos um compromisso ético com as nossas companheiras e com a nossa luta e isso pode ser a chave de transformação do cotidiano, de vivência e da prática política. Para isso, tomemos a História como aliada. A noção de historicidade é algo fundamental que nos faz continuar lutando juntas, mesmo com toda a nossa diversidade. As desigualdades sociais que estruturam o mundo impedem que a gente tenha uma união absoluta. São diferentes formas de ver e existir no mundo, mas isso não pode impedir uma unidade política quando se identifica o inimigo em comum. Somos mulheres diversas, que compõem diferentes movimentos, coletivos e práticas políticas, mas as nossas diferenças não podem ser o motivo que impeçam a construção da luta em comum. Para isso, são fundamentais a formação política, o debate e a tolerância. A unidade é importante, mas tendo as nossas diferenças como ponto de construção e não de separação. É a partir da diferença entre nós que a gente constrói consensos. Unidade não precisa ser falta de autonomia. Entender a unidade na diversidade permite identificar dentro de contextos de luta específicos, a força que o movimento feminista precisa para seguir se ampliando na construção de uma outra sociedade.

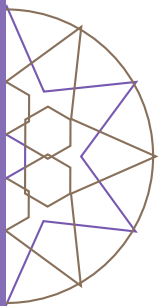
IDENTIDADE

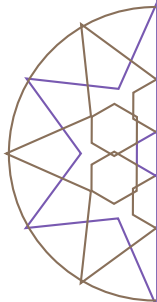
As questões identitárias nos diferenciam, mas é importante entendermos que alguns setores precisam, num determinado momento, afirmar a sua identidade política. Por outro lado, se a identidade política é confundida com a identidade pessoal, temos um grande problema porque corremos o risco de ver as pessoas com as quais

convivemos como nossas opressoras principais, quando na prática, a opressão vem do sistema racista-patriarcal-capitalista. Se a identidade política for fixada como identidade natural, isso nos divide.

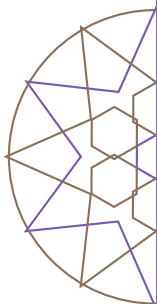
Mas, a afirmação das identidades políticas por si radicaliza o espaço democrático. Nosso principal momento de articulação é na luta, é nela que a gente se une. Entre nós há diferenças, divergências políticas e desigualdades. O racismo, a exploração capitalista e o patriarcado são sistemas que estruturam as nossas vidas e que determinam as desigualdades entre nós. Sabemos que a situação das mulheres brancas não é igual à das mulheres negras, mesmo quando ambas são trabalhadoras da classe popular, porque o racismo também é estruturante. Somos um movimento composto de mulheres da classe trabalhadora. Umas têm uma condição de vida um pouco melhor e outras vivem em extrema pobreza e isso gera desigualdades dentro da classe trabalhadora.

IDENTIDADE SOCIAL – é aquilo que o mundo diz que nós somos. As pessoas olham e dizem: ali está uma mulher. Se esta tem um corpo socialmente visto como de mulher negra, as pessoas dizem: ali está uma mulher negra. Isso é o senso comum no mundo, que é construído baseado na estrutura de dominação. Como se apropriar da identidade social para fazer dela uma identidade política? Isso ocorre quando a assumimos como parte constitutiva da luta.





IDENTIDADE POLÍTICA – é aquilo com que uma pessoa se identifica e luta para defender como direito da existência. A identidade política, construída coletivamente, é o que dá liga em uma luta. Individualmente ela gera ação consciente. A identificação política com uma causa se dá a partir de um lugar social e a partir da compreensão da opressão sofrida a nível individual e coletivo. Ela favorece a mobilização para transformar coletivamente a realidade. É tomando a identidade como uma questão política, ou construindo coletivamente uma identidade política, que se constitui uma luta.

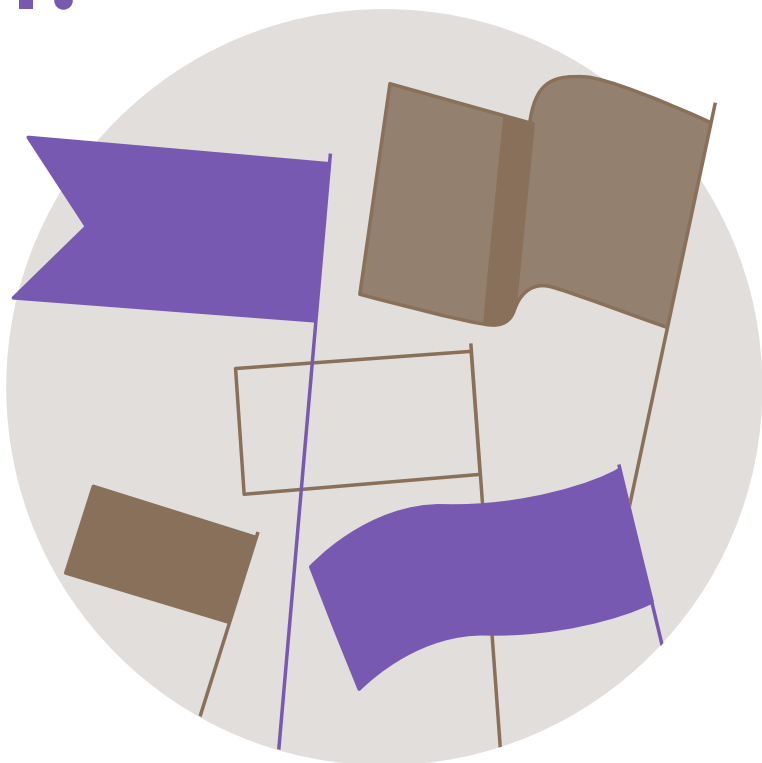


IDENTIDADE PESSOAL – diálogo entre identidade social e identidade política. Uma pessoa pode, por exemplo, se assumir politicamente como não binária, mas se alguém na rua a identifica como uma mulher, sua vida vai ser constituída no diálogo entre o que ela quer dizer que é e o que as outras pessoas dizem, porque o olhar do mundo e o senso comum determinam também nossas subjetividades e interferem nas nossas situações de vida. Uma pessoa pode não ter identidade negra, mas se ela é vista socialmente como negra, ela sofrerá igualmente todas as determinações do racismo.



OS DESAFIOS
DA ATUAÇÃO
DE MOVIMENTOS
FEMINISTAS

I.



COLETIVOS DE MULHERES NAS CIDADES MÉDIAS E OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO

NEIDE SILVEIRA*

** Neide Silveira é professora aposentada e militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco.*

Há momentos que são muito importantes na vida da gente. Eu lembro que, quando comecei a ir para o Fórum e o SOS, olhava para Sílvia, Joana, Carmen e ficava encantada e perguntava: será que um dia eu vou conseguir? E, hoje, a gente está fazendo um trabalho muito interessante em Jabotão e eu estou aqui para repassar essa conversa. Antes de tudo, a gente tem um agradecimento imenso pelo trabalho do SOS Corpo em relação a essa questão do feminismo. Nós começamos em Jabotão dos Guararapes a partir do movimento de crianças, meninos e meninas que moravam na rua. Nas décadas de 1970 e 1980, chegou um momento que a gente começou a trabalhar a questão das meninas e da mulher.

O Coletivo de Mulheres de Jabotão surgiu a partir do Partido dos Trabalhadores lá na cidade, que a gente assumiu a Secretaria das Mulheres. A gente viu que não podia ficar só naquilo, dentro do partido, tinha que ser mais, tinha que ir para rua. A gente estava na igreja também e descobriu que não era lá que a gente ia conquistar. Tivemos que sair da igreja e começou a formar outros grupos. Diante disso, surgiu o Coletivo de Mulheres de Jabotão. Em 2003, foi quando a gente começou junto com o Fórum de Mulheres em Jabotão. Essa necessidade de discutir a questão feminista a gente, na verdade, não tinha. A gente trabalhava contra a violência, uma série de questões que as mulheres, não só de Jabotão, mas de todo o Brasil e todo mundo passava. Mas, foi o SOS Corpo que despertou na gente essa questão e começamos a discutir a questão do feminismo. Achamos muito interessante levar essa discussão para outras mulheres e não só ficasse entre a gente, que já éramos privilegiadas por ter um curso, um emprego, por uma série de questões.

Começamos a trabalhar com as pescadoras, as catadoras. A organização das catadoras veio bem depois. Com a questão da terra, veio o Parque Histórico dos Guararapes, onde queriam fazer um lago ar-

tifical e tirar os moradores e as moradoras do Córrego da Batalha e a maneira de se organizar foi através das mulheres porque eram as que estavam nas ruas, que carregavam água, iam para feira e a gente brigava muito porque os homens não carregavam água, e por que os homens não carregam água? Por que são só as mulheres? Isso é porque estavam no barzinho, jogando dominó e não carregavam água. Na luta, a gente conseguiu botar um chafariz e, dele, as mulheres tinham que carregar água porque não havia dentro do Córrego da Batalha, que é uma comunidade que fica em frente à rua da minha casa. Eu e as outras mulheres vimos que éramos feministas e que era preciso que as outras mulheres descobrissem que também eram feministas.

A luta principal que veio dos Montes dos Guararapes, que foi a permanência pela terra, depois, havia várias comunidades sem energia, foi quando lutamos para que isso mudasse. Nessa época, a gente aproveitava para ir reunindo e discutindo essas questões de nossas vidas. Era muito difícil como ainda é a mulher sair de dentro de casa. Hoje, a gente já consegue fazer reunião no sábado pela manhã. Saíamos de casa na maior tranquilidade, mas não conseguíamos fazer reunião no sábado pela manhã, pois era dia de lavar banheiro, geladeira, limpar fogão etc. A gente se libertou. Se isso aconteceu conosco, pode acontecer com outras mulheres também. Começamos a lutar por políticas públicas dentro da comunidade onde a gente sempre foi inimiga dos prefeitos que passaram.

O nosso grupo sempre foi o errado e o do contra. Dentro da luta pelas políticas públicas, a gente tinha uma delegacia da mulher que era uma coisa horrível. Conseguimos mudar a partir da estrutura, pintar a delegacia, cuidar dela e que as mulheres fossem atendidas por mulheres e que a delegacia fizesse cursos de formação. Isso não veio apenas da gente. Veio junto com as *blitzes* do Fórum de Mulheres

de Pernambuco, que veio despertar na gente essa necessidade. Foi quando veio o Centro de Referência e toda uma luta.

Esse governo atual destruiu tudo o que foi construído, acabou com o Centro de Referência, com o Botão do Pânico, disse que mulher precisava era resolver o problema da paz dentro de casa. Além disso, disse que os maridos não deveriam ser julgados nem maltratados porque “os bichinhos ficam nervosos e terminam batendo nas mulheres”. Nessa organização, a gente viu muita coisa boa, mas a gente viu muita coisa sofrida porque nem sempre nós estamos disponíveis para estarmos nos encontrando, para discutir. Há aqueles momentos que só iam para reunião duas ou três e a gente dizia “pronto, acabou tudo”. Aí, voltava, ia de novo. Finalmente, a gente conseguiu organizar junto com o SOS Corpo uma forma de pegar a nossa história e fazer um cordel.

ESCUITA E CONVERSA COM AS MULHERES – RESGATANDO A MEMÓRIA E A LUTA ATRAVÉS DO FEMINISMO PELOS DIREITOS DAS MULHERES

Realização: Coletivo de Mulheres de Jaboatão

Parceria: SOS Corpo, Sinproja, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum de Mulheres de Jaboatão, Escola Feminista Flor do Mandacaru

O Coletivo de Mulheres
Todas do Jaboatão
Com o SOS Corpo
Num Projeto Sensação
Foi juntando as companheiras
Provocando União

Juntamos tantas Mulheres
Do **Córrego**, **Cidade** e **Engenhos**
Benzedeiras, Rezadeiras
Cada qual com seus empenhos
Pescadoras, Catadoras
Entre escritas e desenhos

Mulheres Sindicalistas
Trabalhadoras em Educação
Domésticas e até Artistas
Em cada roda uma emoção
Oficinas! Que delícia
Arrebenta coração

Discutimos Violência
Enfrentamento ao Machismo
Sobre as Mulheres Negras
Falamos sobre Racismo
A Cultura do Estupro
E também sobre o Fascismo

As Mulheres do SINPROJA
Combatendo o Machismo
Contra o Patriarcado
Descobrimos o Feminismo
Reconstruindo os Conceitos
Dentro do Protagonismo

As Mulheres do Movimento
Desempregadas, Trabalhadoras
As do Centro da Cidade
Zona Rural, Pescadoras
Assistentes Sociais, Estudantes
Professoras e Catadoras

As Empregadas Domésticas
Psicólogas e Parteiras
Metalúrgicas, Aposentadas
Que Mulheres companheiras
Todas sempre animadas
Muito fortes e Guerreiras

Com as Feirantes também
Paramos pra conversar
Mulheres sempre valentes
Muita história pra contar
Sempre firmes e contentes
Tendo muito o que falar

Nossa Blitz foi tranquila
Mas ficou a desejar
Nos Órgãos de atendimento
Tudo fora do lugar
Ninguém pra nos atender
E Mulheres a chorar

Nossa luta pelas creches
Estrutura e construção
Por uma maternidade
Com boa administração
Para ter continuidade
Das mulheres em ação

A Mulher violentada
Precisa de atenção
Ela já é vitimada
Repleta de emoção
Precisa ser ampara
Pois procura solução.

É o Fórum de Mulheres
Do nosso Jaboaão
Clama pela Mulherada
Pra lutar em união
Com Mulher organizada
Ninguém mexe nela não.

Hoje somos feministas
Lutadoras e guerreiras
Somos grandes ativistas
Por conta das companheiras
Do Fórum e do SOS
Nossas Mestras verdadeiras

Para o SOS Corpo
Nosso agradecimento
Parceria do SINPROJA
Junto a todo momento
Coletivo de Mulheres
Deixa aqui seu Cumprimento

II.



DESAFIOS FEMINISTAS NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL*

GABRIELA FALCÃO**

** Intitulado originalmente Conferência Livre “Pela Vida das Mulheres” e a resistência do movimento feminista em Pernambuco, e traz a síntese das análises feitas pela autora durante o desenvolvimento de sua tese de doutoramento.*

*** É jornalista e cientista social e doutora em Sociologia (UFPE, 2019). Integra o Fórum de Mulheres de Pernambuco e Articulação de Mulheres Brasileiras.*

Neste texto, sintetizo uma das análises que desenvolvi na tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Sob o título “Articulações discursivas em torno da construção das Conferências de Políticas para as Mulheres em Pernambuco”, fiz observação participante entre junho de 2015 e maio de 2016 nas reuniões Conselhos dos Direitos da Mulher do Recife e de Pernambuco, nas atividades do Fórum de Mulheres de Pernambuco, além de estar presente em diversas conferências, desde as municipais à nacional. Estava interessada nas relações entre representantes governamentais e da sociedade civil no processo de construção das conferências. Se a democracia participativa ficou conhecida como uma possibilidade de diálogo entre ambos os sujeitos e, assim, de construção coletiva das políticas públicas, inquietava-me, afinal, como se dava esse diálogo e, se na verdade, podia-se falar nesse termo. Há alguns anos, estava deslumbrada com essa possibilidade de construção mútua, porém, o tempo me fez entender que, muito mais do que consensos racionais, as negociações nesses espaços envolviam exclusões de projetos e grupos em nome de quem conseguia articular suas pautas e demandas e, assim, passar uma aparência de universalidade.

Diante disso, trago na presente exposição o recorte do campo de pesquisa através da Conferência Livre “Pela Vida das Mulheres”, que aconteceu no dia 07 de dezembro de 2015 no centro do Recife e onde estiveram presentes 162 mulheres vindas de 24 municípios do estado e pertencentes a 88 organizações. Diante de um contexto das conferências convocadas pelos governos estarem “presas” e extremamente burocratizadas, ativistas de cinco entidades – Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo de Mulheres da CUT/PE, Coletivo Margarida Alves, Coletivo Marcha das Vadias-Recife e Marcha Mundial das Mulheres – organizaram um evento em que construíram seus sentidos acerca do que entendiam por “política para as mulheres”.

“Pela Vida das Mulheres”, naquele momento, significou mostrar os problemas que este segmento estava vivenciando no seu cotidiano, a exemplo da precariedade da saúde e os casos do zika vírus e os casos de microcefalia, os aumentos nos índices de violência contra a mulher e feminicídio, as cidades cada vez mais inseguras, a incidência da conjuntura política em suas vidas e diversos outros. Era o momento, então, de colocar no centro de debate político como questões mais amplas das políticas públicas impactavam diretamente no cotidiano das mulheres. Seria uma forma dos movimentos feministas terem voz própria. Não fazia sentido, para elas, discutir propostas de políticas públicas, como aconteciam nas conferências convocadas pelos governos, sem se discutir a materialidade da vida e de como a ausência dessas políticas traz consequências concretas no cotidiano já sofrido. Elas estavam cansadas desse formato repetitivo das conferências governamentais, em que era muito mais importante definir propostas e eleger delegadas do que avaliar como as políticas públicas estavam sendo efetivadas.

Diante desse contexto, o FMPE, na leitura que fiz, atuou como um aglutinador de forças, como um sujeito articulador com os demais movimentos, para que fosse possível a realização da referida Conferência. Compreendo que as integrantes conseguiram fazer da pluralidade de antagonismos com os sujeitos governamentais o impulsor de uma luta hegemônica através das equivalências entre suas queixas e reivindicações e, assim, ao invés de simplesmente abandonar o espaço, cumpriu uma função de aprofundar e expandir os sentidos de pautar as demandas das mulheres.

Trago aqui, então, uma parte do que enxerguei como desafios de atuação do FMPE. A preocupação era como discutir e criticar o processo conferencista e, ao mesmo tempo, influenciar nas decisões da Conferência Nacional, já que o regimento previa que o relatório

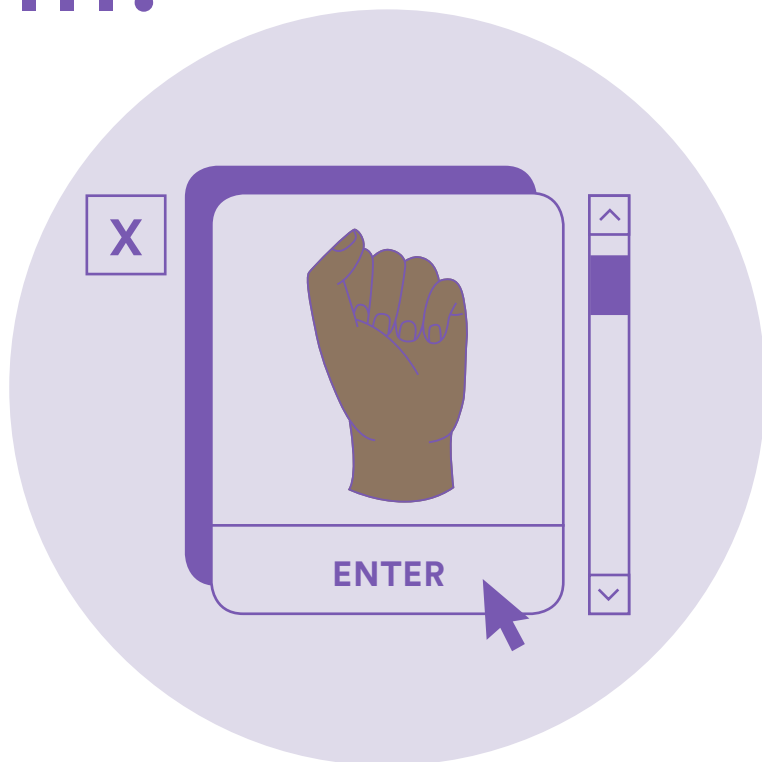
do evento fosse enviado à organização nacional para que se incorporasse às propostas. O intuito era fazer da Conferência Livre uma possibilidade de mudar a correlação de forças em relação às conferências governamentais. Havia antagonismos postos entre o “nós” – movimento feminista, etapa livre, mulheres organizadas e “eles” – conservadorismo, fundamentalismos, governos que estão metendo a tesoura nos direitos, etapas eletivas.

Apesar disso, as militantes do FMPE não se ausentaram das conferências convocadas pelos governos. Mesmo sem acreditar na eficácia das mesmas e tendo ciência da despolitização dos eventos e dos conselhos de direitos das mulheres, adotaram estratégias de eleger suas delegadas, de colocar as propostas nos grupos de trabalho e de se articular com outros movimentos para eleger as delegadas para etapas seguintes.

Como estratégia de organização para Conferência Livre, foram marcadas conversas com outros movimentos e se avaliou que o fato de conseguirem construir uma aliança mais ampla e de mobilizar outros sujeitos políticos já teria um impacto nessa correlação de forças com os governos, pois mostraria que não estavam livres e no controle como julgavam muitos governantes. O evento poderia, também, ser uma estratégia inicial de debate com outros movimentos em Pernambuco e, assim, construir alianças e acordos propositivos. O FMPE apostou na organização interna por meio do debate e preparação e na externa através das alianças com outros movimentos. Para a realização, foi proposta uma comissão que mobilizaria dentro do próprio movimento para que fosse o máximo possível de integrantes e outra que articularia a construção coletiva com outros coletivos. Escutei que: “O governo tende a nos desmobilizar silenciosamente. O FMPE tem saber e poder para fazer esse enfrentamento”.

A Conferência Livre seria, então, uma conferência das mulheres e dos movimentos sociais. Compreendo que a articulação, ao mesmo tempo em que se mostra como um desafio na atuação política, é uma importante estratégia de enfrentamento e resistência coletiva diante de uma série de ataques às majorias silenciadas, dentre as quais estamos nós, mulheres com toda a sua diversidade. Em minha leitura, este momento, em específico, significou um marco de articulação dos movimentos feministas e da força política das mulheres organizadas. Diante disso, espero que as reflexões aqui feitas possam fazer que o que eu construí ao longo desses anos de pesquisa e escrita sirva, de alguma maneira, para refletirmos sobre o que nos desafia como feministas e como podemos fortalecer a nossa atuação política.

III.



DESAFIOS DO ATIVISMO DE MULHERES NEGRAS NA INTERNET*

FLÁVIA DA SILVA CLEMENTE**

** O artigo apresenta um breve resumo da investigação feita pela autora em sua tese de doutorado intitulada Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras, pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.*

*** Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFPE. Membro dos Coletivos Acadêmicas Negras e Filhas do Vento. Colaboradora da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Membro do Conselho Político da ONG GAJOP.*

O objeto da tese é a atualidade do racismo e do sexismo em relação às mulheres negras em meio virtual e o contradiscurso das ativistas digitais negras. Por meio do aporte teórico que discute a questão racial e do feminismo negro a luz de diferentes mulheres negras, construímos os argumentos do nosso estudo. É o feminismo negro que nos oferece os subsídios para compreensão das difíceis experiências das mulheres negras no Brasil, nele encontramos o debate sobre lugar de fala conceito importante em nosso processo de análise.

Destacamos que nosso interesse pelo tema surge na medida em que identificamos que o acesso à internet se ampliou e se tornou um ambiente em que o racismo e sexismo tem se reproduzido, um espelho do que ocorre nas relações societárias do país que se estrutura no racismo, sexismo e na exploração de classe.

A questão central da nossa pesquisa é a seguinte: A partir de uma perspectiva interseccional, quais os elementos que enfeixam o racismo e o sexismo na produção de discursos sobre as mulheres negras veiculadas na internet, considerando a prevalência do mito da democracia racial e do machismo no país.

Nossa hipótese como resposta provisória à pergunta de pesquisa é de que o racismo e sexismo se reatualiza por que é favorável a manutenção dos privilégios que nutrem as desigualdades no Brasil. Esses privilégios se encontram ameaçados por mulheres negras que se destacam no cenário sócio-político-econômico. Elas representam ameaças ao status quo de setores abastados de nossa sociedade por estarem inseridas nos espaços societários outrora inviabilizados aos oprimidos, a exemplo das universidades.

Para tanto, notamos que os diversos espaços virtuais criados pela internet, como as redes sociais, fizeram emergir diversas possibili-

dades de comunicação, que aparentemente ocorrem num ambiente de “debate protegido”. Há um nível de exposição cada vez maior de ideias preconceituosas e discriminatórias, anteriormente submersas, mas não inexistentes nos diálogos pessoais face a face. Com isso vimos crescer postagens de ódio contra pessoas negras, sobretudo em relação às mulheres, por esse motivo nosso problema de pesquisa quer refletir, por que são as mulheres negras e as ativistas o alvo preferencial do racismo virtual numa sociedade que até bem pouco tempo se auto proclamava “mestiça” e sem raça?

Nesse sentido, nosso objetivo geral foi: analisar o racismo e sexismo virtual a partir das experiências das mulheres negras e os seus enfrentamentos. E os específicos são: apreender o racismo e sexismo virtual em relação às mulheres negras; compreender os sentidos dos discursos sobre a mulher negra veiculados na internet e apreender os elementos que compõem o contradiscurso das ativistas digitais negras.

Em relação ao processo de análise, a abordagem teórico-metodológica utilizada foi a análise crítica do discurso (ACD), a partir das contribuições de Teun. A. van Dijk, considerando que seus estudos sobre discurso, mídia e racismo possibilitam a compreensão das formas discursivas utilizadas para manutenção dos privilégios raciais brancos.

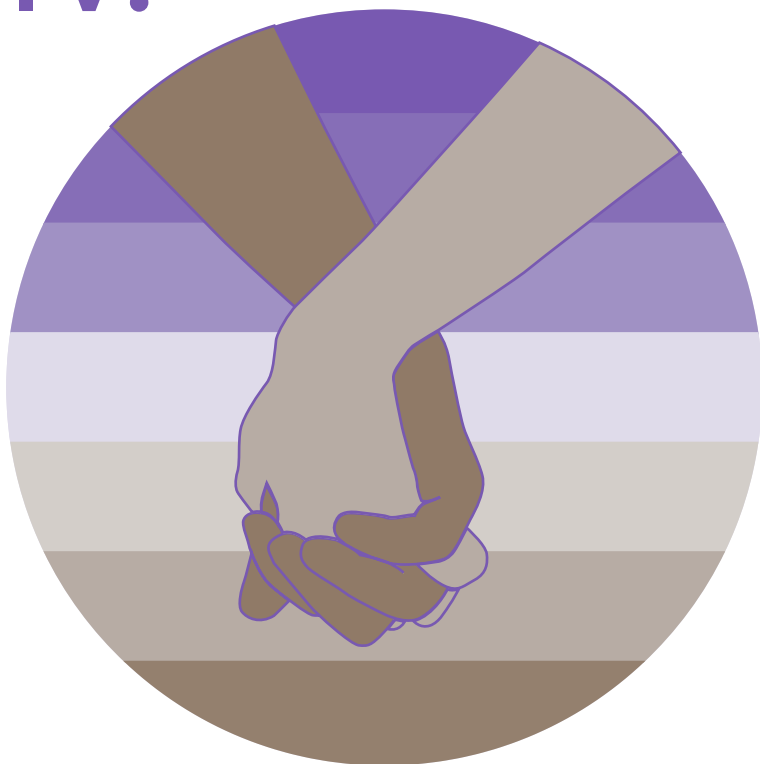
A coleta de informações para o estudo foi feita no blog Blogueiras Negras em que através da seleção criteriosa dos posts e respectivos comentários foi possível observar os consensos e dissensos dos discursos e entender as novas formas de reprodução do racismo e sexismo e os contradiscursos. Vimos que o racismo e sexismo direcionados às mulheres negras são fenômenos indissociáveis, expressos através de comentários que ainda utilizam as estratégias do mito da democracia racial para camuflar ou negar as práticas racistas.

Por outro lado, identificamos que os posts elaborados por mulheres negras no blog também produzem contradiscursos e reflexões nas/os internautas sobre as consequências do racismo, sexismo para as mulheres negras. Vimos ainda que as ativistas digitais negras têm feito diferença no processo de fortalecimento de jovens negras/os para o enfrentamento do racismo e sexismo, com a internet se transformando em veículo de contrapoder. Isso em virtude do poder das elites simbólicas, que detêm a hegemonia sobre os conteúdos que o público em geral pode acessar e assistir, se encontrar ameaçado pelas novas tecnologias da informação e comunicação.

Os discursos críticos produzidos pelas ativistas digitais negras faz ruir o mito da democracia racial e ao mesmo tempo evidencia novos formatos de luta e as possibilidades de combate ao discurso racista hegemônico.

Nesse sentido pensamos ter demonstrado que o racismo e o sexismo se reatualizam e agravam-se em contextos de crise, como o atualmente vem vivenciado o Brasil. Mas também as reações das mulheres negras, precisamente das ativistas digitais negras têm se mostrado profícuas favorecendo a ruptura do silenciamento a elas impostas.

IV.



DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO LÉSBICO*

ANA CARLA DA SILVA LEMOS**

** O artigo aqui apresentado foi originalmente intitulado Movimentos Lésbicos em Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista e traz reflexões desenvolvidas pela autora em sua dissertação de mestrado, realizada no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.*

*** Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação de Antropologia - PPGA da Universidade Federal de Pernambuco. Integra o FAGES - Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da UFPE.*

Este texto apresenta alguns resultados de uma etnografia lésbica feminista, realizada em Pernambuco, que teve o objetivo compreender como os movimentos de lésbicas se organizaram. A pesquisa ficou dividida em três eixos: trajetória pública e privada partilhadas pelas narrativas de vida; memórias dos movimentos de lésbicas em Pernambuco, articulados pela exposição das narrativas de grupos e redes, movimentos lésbicos e as interlocuções com outros movimentos sociais, partidos políticos e governos.

Para cumprir os objetivos foi realizada a observação participante¹³. A pesquisa conseguiu alcançar 18 (dezoito) interlocutoras, denominadas como interlocutora/pensadora¹⁴. A etnografia ocorreu de 2016 a 2018¹⁵, como caminhos teóricos e políticos foram priorizados pressupostos da antropologia feminista¹⁶, especialmente de Martha Patrícia Castañeda Salgado (2012), ao que concerne ao feminismo lésbico, dialogo com Gayle Rubin (2012), com o que ela pensa como prioridade para uma teoria radical do sexo, sugerindo: “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual”, além de “deve produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história”, assim como o que Jules Falquet (2012) pensa sobre a

13 Realizada no Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLESBI e no Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco.

14 Foram denominadas pelas contribuições que deram a pesquisa, enquanto construtoras de conhecimentos, o que me possibilitou utilizar dos arcabouços teóricos e metodológicos antropológicos para interpretação das narrativas individuais e coletivas.

15 Alcançou ativistas de diversos municípios, com representatividades na capital com 7 (38,9%), na Região Metropolitana do Recife com 04 (22,2%) nos municípios de Camaragibe, Paulista e Jaboatão dos Guararapes, no Agreste com 2 (11,1%), nos municípios de Passira e Garanhuns, na Mesorregião do São Francisco, com 2 (11,1%) em Petrolina, no Sertão, em Salgueiro com 1 (5,6%), na Zona da Mata, com 2 (11,1%).

16 Cláudia Fonseca (2004); Maria Filomena Gregori (2009); Djamila Ribeiro (2017); Cecília Sardenberg (2014); Mônica Tarducci (2012); Maria Glória Gohn (2014); Zuleide Paiva Silva, (2016); Gilberta Santos Soares (2016).

lesbianidade como movimento social, mas também como teorização política, além de outras autoras que refletem a temática¹⁷.

A dissertação apresenta as narrativas de vida das interlocutoras/ pensadoras que constituem as memórias dos movimentos lésbicos, o perfil socioeconômico e as experiências de constituição da identidade lésbica e de militância. No que concerne ao protagonismo dos movimentos de lésbicas, são as lésbicas negras que iniciam os movimentos, no município de Camaragibe, através da militância de Josenita Duda Ciriaco e a fundação da Articulação e Movimento Homossexual de Recife e Região Metropolitana – AMHOR, organizado desde a década de 1980 e oficializado enquanto organização não governamental - ONG, em 1991. Outras ativistas também contribuíram com os movimentos, o que na dissertação é possível acompanhar suas narrativas¹⁸ e construções políticas.

Em relação aos grupos e redes apresento análises de suas atuações que articulam os movimentos de lésbicas em Pernambuco e como se organizaram nos diversos períodos. Para compreender melhor as especificidades de cada década. O primeiro período é denominado de incubadora (1979-1990), onde era predominante o acolhimento das pessoas, conhecendo e compartilhando experiências, histórias, resistências e locais seguros para expressar a sexualidade, através da realização da Festa da Metamorfose, que era organizada na casa de Josenita Duda Ciriaco e seus/suas parceiros/as. O período era um momento de refletir sobre as ações e práticas individuais, ampliando para as ações coletivas, através de momentos de reflexões vivenciais,

¹⁷ Monique Wittig (1970); Gayle Rubin (1975); Adrienne Rich (1980); Jules Falquet (2006).

¹⁸ No entanto, vale mencionar a colaboração de Íris de Fátima da Silva, Micheline Américo Silva, Rivânia Rodrigues da Silva, Irene de Fátima Fonseca Freire, Cinthia Fernanda Gomes, Marta Carmelita Bezerra de Almeida, Ana Paula Lopes de Melo, Verônica Maria Ferreira, Renya Carla Medeiros da Silva, Ana Marta Vieira dos Santos, Lucineia Maria da Silva (Kássia Silvestre) e Ana Carla da Silva Lemos, nos movimentos de lésbicas de Pernambuco.

da possibilidade de construção da identidade homossexual, através do *self*, da autoaceitação, diálogos que muitas vezes eram silenciados, gerando adoecimento e desejos de morte, pela solidão causada em se aceitar diferente do que pregava a sociedade brasileira como parâmetro de “normalidade”. Neste período houve influências nacional e internacionais do movimento homossexual, denominado assim à época, assim como do movimento feminista.

O período de institucionalização (1991-2000)¹⁹ foi marcado pela atuação do AMHOR, com as especificidades para a população LGBT, mas com o protagonismo lésbico, recebendo total influência de redes LGBT internacional e nacional, como a ILGA²⁰ e a ABGLT²¹, criando as pontes e parcerias necessárias para seu fortalecimento e pulverização das informações no estado. Destaca-se como importante a participação nos eventos que ajudaram a entender o que estava sendo articulado fora do estado, gerando uma maior articulação política e atuação em rede.

No período Articulação local e nacional em rede (2001-2010)²² os movimentos de lésbicas nos anos anteriores dialogaram com a temática LGBT de forma mais geral, a partir dos anos 2000 fortaleceram-se as articulações políticas entre as lésbicas, por meio de redes específicas para trabalhar as pautas da lesbianidade e seus desdobramentos, fortalecendo assim a militância dos movimentos lésbicos, através de coalisões políticas, territórios e fronteiras AZALDUA (2005), parcerias com movimentos sociais, partidos e governo.

19 Em 1996 ocorreu o I Seminário Nacional de Lésbicas, sendo o primeiro evento nacional de articulação exclusivamente de lésbicas.

20 Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex.

21 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais.

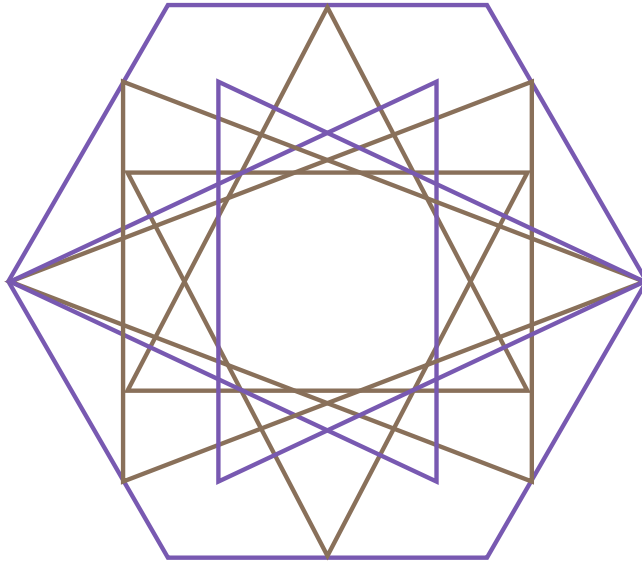
22 Nesse período surgem algumas redes exclusivas de lésbicas, como a Liga Brasileira de Lésbicas – LBL, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, o CANDACES-BR, Rede SAPATÁ, Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLES. Enquanto grupos, a AME – Associação de Mulheres Entendidas, Movimento LGBT Leões do Norte, ASSERCO, Grupo DIVAS, LUAS e Labris e Bloco da Diversidade.

No período de fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019)²³, priorizou-se a atuação em rede, o que possibilitou um certo apagamento dos grupos com suas ações individuais, com raras exceções. A raiz de certo apagamento das ações dos grupos vem desde 2009, depois do Pacto Lésbico Feminista, que potencializou a formação de redes de lésbicas. Na interiorização percebe-se o crescimento de grupos com o retorno da “sopa de letrinhas” FACCHINI (2006), onde as organizações dos movimentos são organizados como LGBT, articulação em rede e participação em espaços de controle social. O período evidenciou ainda o foco nas políticas públicas, através das “políticas de caráter compensatório” (GOHN, 2014), com o tripé - movimentos sociais, partidos políticos e estrutura governamental, além do aumento do número de pesquisas sobre as lésbicas.

Importante mencionar que os movimentos construíram várias matizes, através das trajetórias pessoais das lésbicas que fizeram os movimentos acontecerem, influenciando as ações coletivas. Além de diálogos com diversos movimentos, como o homossexual, feminista, sindical, estudantil e na academia pela participação em grupos de estudos e pesquisa e de pessoas LGBTs e na formação acadêmica. Os movimentos lésbicos a partir do campo etnográfico brevemente apresentado, podem ser categorizados como movimentos lésbicos ou movimentos lésbicos feministas, o que tem contribuído com mudanças culturais que repensam a heterossexualidade como obrigatória e como destino para todas as mulheres, além de compreender a sexualidade como um campo também de opressão, como as relações de gênero, classe e raça, conforme Falquet (2006) nos aponta.

“Creio, alguém lembrará de nós no futuro”. (Safo de Lesbos, 640 a.C.)

²³ Surgem os grupos: Grupo Somos Todos Iguais, Coletivo LGBT de Passira, AMAS – Associação LGBT da Mata Sul, Coletivo Lutas e Cores, Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco e Movimento Guerreiras de Labrys.



DIANTE DO CALEIDOSCÓPIO: ATUAÇÃO

Os artigos de Neide Silveira, Gabriela Falcão, Flávia Clemente e Ana Carla Lemos foram a base das discussões sobre os desafios de atuação do movimento feminista na atualidade. Após as apresentações, abriu-se para as reflexões a partir do seguinte trecho e questão:

“No campo, nas florestas e nas beiras das águas tem muitas organizações de mulheres em movimento lutando por direitos em seus territórios. Nas pequenas cidades e nas periferias há formas de atuação que são constantes mas não são massivas. E existem ainda um mundo de mulheres que conhecem o feminismo pela internet e, eventualmente, participam de ações de rua. Os movimentos nacionais, muitas vezes, só tem atuação massiva em lutas/ações protagonizadas por outros Movimentos Sociais, com poucos momentos de exceção. Além disso, muitos movimentos feministas dedicaram ou dedicam grande parte da sua energia aos espaços de participação social. O que isso nos diz sobre nossas formas de atuarmos como movimento feminista?”

SUJEITO POLÍTICO

Precisamos dialogar sobre a questão das identidades políticas de modo que a gente possa manter o sujeito político feminista como uma força política. A socióloga francesa Jules Falquet pensa os processos das opressões vivenciadas a partir de gênero, classe, raça e a sexualidade como formas de opressão. Quem representa esse sujeito político feminista? Quais são as que estão autorizadas a falar? De que classe, de que cor, de que orientação sexual, de onde vêm essas mulheres, de que lugar de fala são essas mulheres? Precisamos refletir sobre essas questões porque quando pensamos em um sujeito político feminista, há um processo de hierarquização. Construímos coalizões. Mas ao fazer isso, muitas vezes, reproduzimos as hierarquias e as violências de um institucionalidade patriarcal.

NOVOS REPERTÓRIOS DE ATUAÇÃO

Um dos grandes desafios é o de pensar a atuação de grupos e coletivos a partir de novos repertórios de ação e do uso da internet. Estamos em um momento onde há a necessidade de adaptação às novas formas de mídia e de fazer comunicação. A atuação x participação é um desafio para nós, como movimento feminista, de como conseguir fazer chegar e de trazer as mulheres que só participam dos atos, das ações de rua ou de espaços de formação para a uma atuação contínua na luta. A internet é também um desafio para atuação, especialmente quando a discussão se refere à unidade e autonomia do movimento. O cuidado de entender o que é uma movimentação e uma coletividade, de diferenciar uma rede de movimentação do que é um coletivo que sai da linha do ativismo e vai pra linha da militância. Do que é ser ativista, que é aquela pessoa que tem uma vida e a luta vai se incorporando quando dá no cotidiano, do que é ser militante, que é quando a pessoa tem uma trajetória de vida pautada na

atuação do fazer político. Quando pensamos nos novos repertórios de atuação, e essa perspectiva é atravessada pela comunicação na internet, dentro de uma sociedade estruturada pelo racismo, a população negra acessa tardiamente esse espaço, tendo ainda a tarefa de construir uma contracultura hegemônica para desfazer um discurso criado de estereotipificação sobre as pessoas negras. O racismo está impregnado dentro e fora do mundo virtual.

A ciranda vai, vai, vai

A ciranda vem, vem, vem

A vida só tem sentido quando a gente se quer bem

NOSSA MEMÓRIA PARA TECER O MOVIMENTO...*

RIVANE ARANTES**

A história das mulheres não foi só de submissão. Nós resistimos às opressões e às situações de violência. O movimento de mulheres negras tem dito: “nossos passos vêm de longe”. Sempre houve resistência e luta das mulheres contra a opressão. A memória do movimento feminista não é feita apenas do que a gente vive coletivamente nas ruas, nas nossas ações mais públicas, ou mesmo nas reuniões organizativas, mas também é feita pelas pequenas rebeldias que a gente vive individualmente no privado. É feita pelo usufruto das conquistas daquelas que nos antecederam.

Tudo isso só foi possível porque muitas das que vieram antes de nós insistiram que tudo isso era errado, desigual e que precisava mudar porque estava oprimindo a nós, mulheres. A memória não é só feita especificamente daquilo que a gente está vivendo no concreto, mas dos processos, dos bastidores. A gente, às vezes, faz as coisas, mas nem conquista aquilo que a gente está na rua lutando. Do ponto de vista do significado, do simbólico, da mensagem que a gente passa para as nossas e as outras que não nos conhecem, esse sentido é muito importante para construir a nossa memória porque é o sentido que vai construindo o caldo do que depois pode vir a ser, das nossas conquistas futuras.

** O texto acima é uma síntese da discussão que aconteceu no segundo dia do curso, em que as participantes resgataram ações, atividades e momentos importantes que marcaram a memória do movimento feminista brasileiro.*

*** Rivane Arantes é educadora e integrante do coletivo político-profissional do SOS Corpo.*

A nossa memória também se constrói nas ruas, nas rodas, nas redes, nos processos de enfrentamento com o Estado. Ela se constrói nesses territórios, que são presenciais, virtuais e que são também os nossos corpos, porque a gente vai se construindo no processo de construção do feminismo. A nossa história pessoal está envolvida com a história do movimento que construímos e a história do movimento está envolvida com a nossa própria história. É por isso que as falas das participantes deste *Caleidoscópico* mostraram memórias que são das nossas rebeldias individuais e coisas que são do momento coletivo do nosso movimento. Essas duas coisas estão juntas e isso é muito relevante para o feminismo.

É importante destacar que há um buraco muito grande na história nas últimas décadas de fatos que aconteceram e que foram feitos por nós, mulheres, pelo nosso movimento. Temos pouca memória histórica coletiva porque a história oficial não narra a nossa história, a história dos nossos movimentos, a história das lutas, assim como não narrou o movimento abolicionista, todo o processo de aquilombamento, todas as resistências pequenas na vida de cada uma e as grandes, coletivas, as revoltas que foram feitas pelas pessoas que estavam em situação de dominação. Nada disso é narrado pela história.

Os feitos das pessoas que estavam dominando são conhecidos porque quem ganha tem a possibilidade de registrar a sua história, que é a história de quem venceu, mas nós, que estamos na luta, precisamos registrar a história de quem é vencida e estar numa situação de lutar contra a dominação e a exploração. O movimento tem pouca leitura coletiva, tem pouca escrita e isso gera uma dificuldade em aprender com a nossa história. Um grande desafio para o movimento feminista enquanto movimento social é de contar a sua própria história, contar a história de baixo para cima, e assim, seguir no movimento de abalar as estruturas que nos oprimem.

PENSANDO JUNTO OS DESAFIOS DO MOVIMENTO FEMINISTA

GABRIELA MARIA FARIAS FALCÃO DE ALMEIDA*

Ao refletirmos juntas sobre quais desafios o movimento feminista enfrenta, percebemos que são muitos e de variadas ordens, mas que se cruzam entre si nas dimensões teórico-políticas, de organização, de atuação e de articulação. No cotidiano da militância, muitas vezes, nem nos damos conta de que determinadas dificuldades que se repetem com frequência fazem parte dos desafios dos movimentos e que precisamos encará-las coletivamente para buscarmos alternativas de superá-los.

Um desses desafios pode ser encarado no campo teórico-político, que nos faz ver que precisamos trabalhar conceitos fundamentais para o fortalecimento da luta política. Um deles é o de gênero, que, segundo Márcia Larangeira, tem sido usado com diferentes significados e, nessa imprecisão, tem gente que atribui como sinônimo de mulheres, dizendo, por exemplo, “movimento de gênero”. Segundo a autora:

Para nós, trata-se de uma categoria de análise sobre como se constroem e se manifestam as relações de poder na sociedade, fundamentadas na percepção das diferenças entre os sexos. [...] Quando falamos de *relações de gênero*, nos referimos às relações sociais entre homens e mulheres, produzidas pela percepção do que significa “ser homem” e “ser mulher” em diferentes sociedades, no tempo e no

** É jornalista, cientista social, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Articulação de Mulheres Brasileiras. Este texto foi escrito buscando sistematizar o debate final realizado pelas participantes do Caleidoscópio.*

espaço. Essas representações sociais definem padrões de comportamentos que são esperados dos homens e das mulheres [destaque próprio] (LARANGEIRA, 2008, p. 13).

Reconhecemos que é necessário trabalhar esse conceito a partir das nossas práticas e lutas cotidianas e que não é algo dado ou tampouco nítido para boa parte da militância. A nossa luta é também para transformar as desigualdades de gênero. Porém, apesar de lidarmos no dia a dia com esse cenário de desigualdades, é possível que o conceito fique numa dimensão distanciada, absorvido por uma linguagem acadêmica que não dialoga com a popular. É importante enxergarmos essa problemática e incorporá-la na forma de agirmos e nos posicionarmos.

Além disso, precisamos compreender os significados de decolonial. Uma de suas teóricas é a antropóloga feminista afro-dominicana Ochy Curiel, que coloca que o pensamento decolonial retoma teorias importantes para o nosso contexto, como a da dependência da América Latina e Caribe, educação popular, teologia da libertação, dentre outras, construindo um pensamento complexo de como funciona o mundo colonial que se mantém até hoje. Diferencia-se, em sua perspectiva, do pensamento pós-colonial por esse centrar suas análises fundamentalmente no discurso. Segundo a autora:

Esse sistema, proposto pela teoria decolonial, tem a ver com a geopolítica do mundo, que cada vez cria mais uma série de hierarquias raciais, sociais, dentre outras, e que vai conformando a América Latina como uma periferia da Europa, bem como os Estados Unidos como uma potência mundial, como um império. A partir daí se cria uma série de categorias muito importantes, a exemplo da *colonialidade*, que é a maneira como esse eixo colonial se manifesta até os dias de hoje, com hierarquias de poder, sociais, raciais, de sexo, etc [destaque das autoras] (CURIEL apud TEIXEIRA; MARA; FIGUEIREDO, 2017, p. 119).

Para o feminismo decolonial, interessa, portanto, encarar como o gênero foi uma imposição colonial e que “[...] o que se entende por homem e por mulher tem a ver com as experiências das pessoas racializadas” (CURIEL apud TEIXEIRA; MARA; FIGUEIREDO, 2017, p. 120).

Tão necessário quanto entender o decolonial é a compreensão do transfeminismo. Para a psicóloga e pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus:

[...] o transfeminismo pode ser conceituado como uma forma de pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), relacionada com processos históricos, contra as opressões baseadas na norma binária. Seus fundamentos são identificados na consciência política e de resistência de pessoas trans e no feminismo negro abrangendo a interseccionalidade das opressões (JESUS, 2015, p. 389).

O não acolhimento à população trans parte também da falta de conhecimento sobre essa realidade. Jaqueline de Jesus aponta, inclusive, que a compreensão da diferença entre sexos e gênero tem se restringido ao ambiente acadêmico e não tem sido incorporada pela sociedade como um todo, sobretudo, em seus instrumentos legais e burocráticos (JESUS, 2015, p. 389-390). Da mesma forma, precisamos nos aprofundar sobre o feminismo negro e o indígena, que nos faz adentrar no debate acerca de identidades, que tanto tem sido colocada na luta política como algo para dividir os movimentos sociais num contexto que a luta mais importante e urgente devesse ser a da classe, sob o argumento de, quando essa questão fosse superada, todas as outras desigualdades também seriam. Trabalhar na perspectiva da interseccionalidade nos ajuda a entender como os eixos de poder como raça, classe, gênero, etnia, dentre outros, se inter cruzam, fazendo que as opressões sejam vivenciadas de formas dife-

rentes, conforme nos explica a pesquisadora negra norte-americana Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Também é importante conhecermos as perspectivas históricas tanto das organizações quanto dos movimentos, como também de trazer as questões individuais, de como cada uma entrou em seus movimentos ou coletivos, considerando que isso também inspira. É preciso que sejam feitas formações no movimento popular sobre o feminismo. Isso está relacionado ao que a educadora feminista Carmen Silva aborda em seu livro “Feminismo Popular e lutas antissistêmicas”. Ela problematizou a concepção predominante que classifica o movimento feminista como de classe média, formado por brancas e acadêmicas. Não se pode olhar para o movimento feminista na América Latina sem levar em consideração as questões de raça e classe relacionadas à colonialidade do poder e do saber e sem desconhecer os feminismos contra-hegemônicos. A autora reitera que:

Percebo que a presença ampla de mulheres populares e negras nas articulações movimentalistas de orientação feminista atualmente existentes, mais especificamente na Articulação de Mulheres Brasileiras, demonstra um processo de reconfiguração deste movimento e impõe novos desafios à articulação política e à elaboração teórica. A própria

identidade política de mulheres feministas das classes populares exige novas reflexões (SILVA, 2016, p. 14).

Termos como *justiça reprodutiva* e *democracia* também aparecem como algo que precisa ser aprofundado. Trata-se de uma perspectiva interseccional, que enxerga que questões de raça e classe se inter cruzam na questão reprodutiva e que, para muitas mulheres negras e pobres, a questão de uma gravidez não planejada pode ser só mais um dos diversos problemas sociais aos quais ela está inserida, como moradias precárias, falta de orientação quanto a seu corpo e sua saúde, dentre outros. A justiça reprodutiva é o termo reivindicado, sobretudo, pelas mulheres negras para mostrar que os direitos reprodutivos se restringem a uma esfera individual e que é preciso encarar que a saúde reprodutiva precisa estar atrelada à justiça social. É um conceito indissociável da democracia, como explica Rayane Noronha, integrante da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos:

A abordagem da Justiça Reprodutiva reconhece as histórias de opressão e abuso nas comunidades e usa como estratégia de mudança as organizações de meninas e mulheres para alterar a estrutura de poder. Portanto, a Justiça Reprodutiva reconhece os contextos de vulnerabilidade no exercício de cidadania das meninas e mulheres. Ao reconhecer as intersecções de múltiplas opressões (raça, gênero, classe etc), essa abordagem trabalha conjuntamente com as outras duas abordagens supracitadas (saúde reprodutiva e direito reprodutivo). Entretanto, um dos grandes desafios dessa abordagem é o trabalho contra um *status quo*, o que implica também em lutar contra quem ocupa o poder, além de ser uma ação e trabalho que envolve um longo prazo, mas que pode resultar em significativas mudanças (NORONHA, 2016).

É importante aprofundar esse conceito entre a militância de forma que vá além de quem está na linha de frente da luta pela saúde e se

entenda a perspectiva da Justiça Reprodutiva como parte da luta antissistêmica (antipatriarcal, anticapitalista e antirracista).

Ligado ao debate sobre democracia está o de unidade política, que nos traz a discussão sobre se o que é, até quando ela existe ou se é possível falar nesse termo. A unidade pode se confundir com uniformidade ou ainda pode ser desgastante para o feminismo ao se deparar com movimentos mistos e suas demandas gerais que, muitas vezes, invisibiliza as demandas e urgências das mulheres. Diante de tantas demandas políticas simultâneas, temos a necessidade de dialogar com outros sujeitos e, para aglutinar pessoas, precisamos refletir sobre metodologia nos nossos coletivos e movimentos. Às vezes, a nossa metodologia não tem um grande poder de alcance e não aglutina e também enfrentamos dificuldades de lidar com as diferenças de estratégias políticas entre os grupos. Como nos articular com outros sujeitos sem perdermos as nossas bandeiras de luta feminista? Como construir o diálogo para que haja articulação das lutas? Ao mesmo tempo, unidade significa força política, fruto do desafio de articulação com outros sujeitos políticos em torno da luta.

Um bom exemplo da unidade política são os atos unificados referentes ao 8 de Março – Dia Internacional da Luta das Mulheres - ou nas ações em referência ao 28 de Setembro – Dia de luta pela descriminalização do aborto na América Latina e Caribe -, que são marcados por uma série de unidades nos territórios pelos movimentos feministas, de mulheres e dos mistos, como sindicatos, partidos, dentre outros. Também temos unidades mais permanentes, como é o exemplo da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político ou a Frente Nacional pela Legalização do Aborto, dos quais a Articulação de Mulheres Brasileiras faz parte.

Nessa temática, é importante também descentralizar as ações e realizar articulações em outros lugares não só na perspectiva geográfica e espacial, mas também pensarmos como os desafios da organização local se articulam com os desafios das articulações entre os locais, não só essa coisa do centro ou da periferia, mas de como essa descentralização também passa por uma articulação de vários locais diferentes e da organização interna desses territórios. É fundamental fortalecermos e potencializarmos as ações comunitárias e periféricas.

Os valores morais que chocam com as ações feministas também aparecem como desafio. Podemos destacar a questão do conservadorismo, dos fundamentalistas e que, às vezes, dificulta a nossa atuação em alguns lugares, em alguns espaços. Neste sentido, também é um desafio a ocupação da rua e do espaço público como espaço de atuação, pensando numa perspectiva de nos prepararmos melhor para esses enfrentamentos e para essa ocupação da rua, inclusive, de uma forma estratégica, de que forma ocupamos a rua e como nos preparamos para as conversas que são às vezes individuais ou para ações que são coletivas. Isso está relacionado ao desafio de atuarmos juntas e não nos dispersarmos.

Às vezes, dentro de cada organização e movimento já existe também uma diversidade entre as pessoas que estão integrando. É importante sabermos que essas diferenças não significam disputas entre nós e que isso não faça que a gente perca de vista quem é o real inimigo que a gente tem que enfrentar, tanto no momento que a gente está dialogando entre as organizações e os diversos grupos de mulheres e feministas, como dentro dos nossos grupos. É o desafio de lidar com a pluralidade e a diversidade dentro dos nossos movimentos.

É fundamental refletirmos sobre a atuação nos espaços institucionais, como governo, ONU, dentre outros. Ocupar ou não? De que

forma o movimento pode ocupar ou dialogar com quem executa a política pública? Que estratégias podemos ter para atuar dentro ou em contato com sujeitos que estão nos espaços institucionais também? Isso pode ser parte de ações estratégicas e não nos faz perder a nossa autonomia. É um desafio de encontrar a medida certa em cada momento político, inclusive, do quanto a gente dialoga ou não dentro desses espaços institucionais também.

Outro desafio de ocupação é dos espaços mistos, como sindicatos ou partidos. Não podemos exigir que as nossas companheiras que estão neles façam os enfrentamentos sozinhas. Precisamos nos fortalecer enquanto movimento para estarmos juntas a elas. Por exemplo, não podemos exigir que uma militante que é de partido político e do nosso movimento enfrente uma deliberação do partido que vai de encontro às reivindicações feministas. É fundamental que façamos isso coletivamente como movimento.

Cabe ressaltar que, nessa temática, que o dilema da relação com o Estado não é novo. Sobre a nossa história, Schuma Schumacher e Elisabeth Vargas (1993) contam que, em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 351) e destacam que:

[...] o Conselho de São Paulo representa o marco que divide o movimento de mulheres, tanto para as que acreditavam na proposta, como para as que eram contra. E o que estava em questão era estritamente a relação do “movimento autônomo” com o Estado. Como garantir a autonomia do movimento? Quais as formas de organização dentro do governo? De que maneira as reivindicações feministas serão atendidas? A criação do Conselho foi ampla e publicamente debatida (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 351-352).

Em 1985, no VII Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Belo Horizonte, essa questão veio à tona, evidenciando um entendimento da necessidade de espaços institucionais, mas ao mesmo tempo, uma desconfiança no Estado, já que o contexto de muitas mulheres era marcado pela luta contra a ditadura. No evento, as integrantes construíram uma proposta de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com uma série de critérios para tentar garantir a autonomia do movimento feminista perante o Estado (ALMEIDA, 2019, p. 67). Embora os contextos políticos sejam distintos da década de 1980 para os dias atuais, é importante percebermos que dilemas desse tipo existem e precisam ser debatidos e analisados como estratégias políticas em determinada conjuntura.

A autogestão e o financiamento das organizações e de alguns grupos específicos que não são institucionalizados e até mesmo os institucionalizados também são desafios. Numa conjuntura de cada vez menos recursos, como pensarmos nas nossas ações? Num cenário em que não viabilizamos economicamente a participação das mulheres, acabamos encontrando as mesmas pessoas, discutindo as mesmas coisas e decidindo pelas outras.

A logística e o horário também são desafios, pois, muitas vezes, ficamos concentradas em alguns lugares ou tem algum horário específico e as pessoas não conseguem chegar por conta de trabalho. Passamos a semana toda acordando cedo para dar conta das demandas diárias e, nos fins de semana, ainda temos o trabalho doméstico ou reuniões que começam cedo. Como incluir horários de descanso nas nossas atividades ou pensarmos em dinâmicas menos cansativas aos finais de semana? Há também os desafios de lidar com as adversidades materiais que se desdobram em muitos aspectos, como tempo, dinheiro, mobilidade, trabalho, saúde, maternagem, dentre outros.

É fundamental ter o acolhimento às mães e às crianças em todos os espaços, em consideração a variedade de faixas etárias que essas crianças podem ter. É preciso pensar, inclusive, em processos como o preparatório para o ato do 8 de Março, em que, normalmente, só se pensa na logística com as crias para o dia do evento. Todo o processo de construção deveria ser pensado como espaço formativo das crianças porque elas estão lá também como sujeitos políticos.

O cuidado e autocuidado como prática política devem ser ferramentas para todos os processos, entendendo que não sejam apenas em momentos específicos, mas na forma como nós, militantes, acolhemos e atuamos na luta política. Sobre essas dimensões, a socióloga Guacira Oliveira:

Cuidar de si mesma, cuidarmos umas das outras, deixarmos-nos ser cuidadas, retribuir o cuidado recebido; compartilhar as nossas emoções, os nossos achados na luta feminista e antirracista, as nossas dores e os caminhos para curá-las; valorizar o nosso saber, nossas experiências e as nossas capacidades é algo fora da ordem, subversivo. Diz respeito à nossa luta por autonomia pessoal e de garantia da nossa auto-organização. Se sustenta em princípios éticos e políticos que nos são caríssimos, como a horizontalidade, a solidariedade e a reciprocidade (OLIVEIRA; DORDEVIC, 2015, p. 16)

O autocuidado como ferramenta e forma de organização precisa existir nas nossas reuniões e nos nossos grupos. Temos o desafio de acolhimento numa perspectiva do cuidado, considerando a diversidade, a pluralidade, entendendo as identidades políticas e as identidades individuais, como tratamos a partir de uma perspectiva cuidadosa e afetiva. Estamos diante também do desafio de não levar tudo para o pessoal e achar que tudo que é pessoal é político. É importante conhecer internamente os diálogos políticos, a diversidade da luta.

Percebemos que ainda existe um problema bastante comum no machismo, que é o de acreditar que alguém, por ter tido mais acesso às instituições de ensino e possuir pós-graduação, apresenta mais condições de realizar determinadas atividades. Esse tipo de pensamento precisa ser mudado. Precisamos de momentos de formação para pensar melhor o que é comunicação para que possamos usar as ferramentas de forma segura e política. Para esses espaços, é fundamental uma comunicação popular, política e estratégica.

Há organizações e movimentos que já estão fazendo formações desse tipo. Destacamos aqui dois exemplos: 1) o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) realizou uma formação chamada “Comunicação de Guerrilha e Cuidados Digitais: estratégias de resistência feminista”, com sete oficinas realizadas entre fevereiro e julho de 2019, reunindo cerca de 40 mulheres; 2) as organizações Escola de Ativismo, Meu Recife e Bigu Comunicativismo realizaram em agosto também de 2019 uma formação em “Comunicação para resistência”, que reuniu 20 pessoas de diversos coletivos e organizações para discutir e pensar a comunicação interna como a externa, como a relação com a imprensa. Essas duas iniciativas foram construídas e aconteceram a partir dos métodos da educação popular, tendo a perspectiva da construção coletiva do conhecimento algo central, bem como o princípio de pensar ações políticas a partir do que foi visto.

Quanto à dimensão da segurança, integrantes da Universidade Livre Feminista construíram duas cartilhas de orientações para as mulheres no enfrentamento à violência no campo virtual: 1) Segurança na internet e 2) Celulares e comunicações, e que estão disponíveis gratuitamente na rede²⁴. O meio digital está propenso a ataques ra-

24 Disponível respectivamente em: <<https://br.boell.org/pt-br/2018/06/14/seguranca-na-internet-nossa-batalha-no-campo-virtual-enfrentando-violencia-contra-nos>> e <<https://br.boell.org/pt-br/2018/06/14/celulares-e-comunicacoes-nossa-batalha-no-campo-virtual-enfrentando-violencia-contra-nos>>

cistas, lesbofóbicos, misóginos, transfóbicos e diversas outros aos direitos humanos, assim como a vida *offline*.

Pensando nisso, vemos a importância de diversos cuidados para não ficarmos tão expostas e, principalmente, não entrarmos em pânico diante de uma ideia de que estamos sendo vigiadas e nossos passos monitorados. Pensando nisso, iniciativas como essas cartilhas e oficinas como a construída pelo FMPE, com uma perspectiva feminista, são de imensa importância no fortalecimento das mulheres e na militância política.

Diante das ferramentas de comunicação que temos, muitas vezes, não fazemos o melhor uso delas ou não temos uma estratégia de comunicação. Aliado a isso, há as desigualdades de recursos entre as militantes, com umas portando aparelhos que comportam muitos aplicativos e muitas mídias enviadas no Whatsapp, enquanto outras possuem aparelhos que mal conseguem baixar uma imagem por conta da falta de memória. Esses aplicativos de conversa, ao mesmo tempo que agilizam debates e encaminhamentos, geram mais ansiedade. Queremos compartilhar tudo, em vários grupos e aí as coisas se perdem.

Precisamos também pensar em outros espaços para mantermos a comunicação. O *Whatsapp* é muito bom, mas os grupos estão esgotando e algumas pessoas também não estão na articulação de vários grupos. Então, é importante buscarmos outros espaços para nos comunicar, pessoalmente ou por e-mail, e não focarmos apenas nos telefones celulares porque não é todo mundo que tem internet. É uma ferramenta ótima, mas não faz tudo nem resolve sozinha. Muitas vezes, achamos que, ao enviarmos determinada mensagem no grupo, está divulgada e todas já sabem. Ao fazermos isso, esquecemos que, às vezes, nem as pessoas daquele grupo estão necessariamente lendo o que está sendo transmitido.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante de todo o exposto, vimos que os desafios do movimento feminista são imensos, mas não impossíveis de serem enfrentados. Vão desde as esferas internas dos coletivos de formar a sua militância para as transformações sociais, mantendo vivo o esperar, o saber que não estamos predestinadas às inúmeras desigualdades sociais e que podemos transformar as nossas vidas e, assim, também, transformar onde estamos inseridas. Para Paulo Freire,

A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há *tempo problematizado* e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da história [destaque do autor] (FREIRE, 2019, p. 71).

A esperança diz respeito a não esperarmos passivas, mas de nos vermos como agentes esperançosas dessas transformações. É o desafio do cuidado e do querer bem às companheiras, principalmente, em momentos em que muitas estão adoecendo. Mas, é também o desafio de atuar numa conjuntura massacrante, de tanto ódio e, sobretudo, de ódio à população negra e pobre, de uma elite que quer levá-la de volta às senzalas ou navios negreiros. Uma conjuntura de explosão dos trabalhos informais sob a propaganda mentirosa que se trata de aumento de empregos. Um contexto de encolhimento do Estado, que ignora as inúmeras jornadas que as mulheres enfrentam para sobreviverem e darem conta do cuidado dos filhos e dos idosos numa luta diária para manter a sanidade mental.

No movimento feminista, a luta é constante para dar conta das questões que afligem desigualmente a militância e ameaça a permanência das mulheres na luta social. Além disso, o desafio de construir a luta com outros movimentos, sejam os feministas ou de lutas colocadas

como gerais, a exemplo da sindical ou da partidária, é imenso, pois ao mesmo tempo que é preciso encontrar pontos de convergência e fortalecer lutas como a contra a reforma da previdência ou contra o pacote anticrime defendido por Sérgio Moro, não se podem perder de vista as pautas feministas, a luta pela vida das mulheres em seus mais diversos âmbitos e que, em espaços mistos, são, muitas vezes, colocadas como as que querem dividir a luta primordial, que, segundo esses setores, seria a de classes.

O desafio de articulação é o de construção coletiva e do entendimento que há pautas caras às mulheres que são inegociáveis, como as lutas pela legalização do aborto, a antirracista e a anti LGBTfóbicas, pois dizem respeito a eixos estruturantes de desigualdades sociais e colocam as mulheres negras numa situação ainda mais extrema de vulnerabilidade social diante de um sistema cada vez mais perverso e genocida. Os desafios do feminismo são também de crescer na sociedade, especialmente, entre a juventude para se fortalecer no enfrentamento ao patriarcado, ao racismo e ao capitalismo e, para a sociedade, o de conquistar corações e mentes nessa luta antissistêmica de transformação de cada pessoa e do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gabriela Maria Farias Falcão de. **Articulações discursivas em torno da construção das Conferências de Políticas para as Mulheres em Pernambuco**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, ano 10, nº172, 1º semestre 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- JESUS, Jaqueline Gomes de (org.). **Transfeminismo: teorias & práticas**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014. Resenha de: CAPRONI NETO, Henrique Luiz. R. Inter. Interdisc. **INTERthesis**, Florianópolis, v.12, n.1, p.389-394, Jan-Jun. 2015.
- LARANGEIRA, Márcia. **Gênero e mobilização de recursos: reflexões para um debate**. Recife: SOS Corpo, 2008.
- NORONHA, Rayane. Por que a Justiça Reprodutiva é relevante para a luta pelo fim da violência contra as mulheres? Florianópolis, **Catarinas**, 30 nov. 2016. Disponível em: < <https://catarinas.info/justica-reprodutiva-e-relevante-para-a-luta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.
- OLIVEIRA, Guacira; DORDEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas: tecendo redes para a resistência feminista**. Brasília: CFemea, 2015.
- SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: Álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas** nº 1(2), Florianópolis-SC, UFSC, 1993, pp.348-365.
- SILVA, Carmen S. M., **Feminismo popular e lutas antissistêmicas**. Recife: SOS Corpo, 2016.
- TEIXEIRA, Analba Brazão; SILVA, Ariana Mara; FIGUEIREDO, Ângela. Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: Entrevista com Ochy Curiel. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, 01 Dez. 2017, Vol.3(4), p.106-120.

CALEIDOSCÓPIO

SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia

23 de agosto de 2019 - das 8h30 às 18h30

24 de agosto de 2019 - das 8h30 às 13h

Na ETAPAS - Rua da Soledade, 243 – Soledade, Recife (PE)

DIA 23 DE AGOSTO, SEXTA

9h - ABERTURA

9h30

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO FEMINISTA:
ELEMENTOS PARA PENSAR, *com Carmen Silva*

10h40

OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

- Novos coletivos jovens e o desafio da permanência, *com Cecília Cuentro*
- Feminismo na periferia e o desafio da renovação, *com Marília Nascimento*
- Construindo um movimento regional de mulheres, *com Gabi Monteiro*

12h30 às 14h - ALMOÇO E REPOUSO MUSICAL

14h

OS DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

- Organizações de mulheres negras e populares e o desafio de articulação, *com Silvia Camurça*
- Primavera das mulheres e o desafio da ação feminista com internet, *com Priscilla Brito*
- Elementos para pensar as práticas articulatórias e organizativas do movimento feminista, *com Sophia Branco*

15h

DEBATE LIVRE A PARTIR DA QUESTÃO:

Há grupos de mulheres com longa duração de existência e que tem dificuldades para integrar novas militantes, especialmente jovens. E há muitos coletivos de mulheres jovens que não conseguem ter continuidade no tempo. Muitas de nós sentem, no dia a dia, muitas dificuldades políticas para atuar junto com outros coletivos e movimentos. Os movimentos nacionais, muitas vezes, não conseguem ter uma expressão articulada nestes coletivos/grupos locais. O que tudo isso nos diz sobre nossas formas de nos organizarmos e nos articularmos nos movimentos feministas?

16h

OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

- Coletivos de mulheres nas cidades médias e os desafios da atuação, *com Neide Silveira*
- Desafios feministas nos espaços de participação social, *com Gabriela Falcão*
- Ativismo de mulheres negras na internet, *com Flávia Clemente*
- A organização e atuação dos movimentos lésbicos, *com Ana Carla Lemos*

17h15

DEBATE LIVRE A PARTIR DA QUESTÃO:

No campo, nas florestas e nas beiras das águas tem muitas organizações de mulheres em movimento lutando por direitos em seus territórios. Nas pequenas cidades e nas periferias há formas de atuação que são constantes mas não são massivas. E existem ainda um mundo de mulheres que conhecem o feminismo pela internet e, eventualmente, participam de ações de rua. Os movimentos nacionais, muitas vezes, só tem atuação massiva em lutas/ações protagonizadas por outros Movimentos Sociais, com poucos momentos de exceção. Além disso, muitos movimentos feministas dedicaram ou dedicam grande parte da sua energia aos espaços de participação social. O que isso nos diz sobre nossas formas de atuarmos como movimentos feministas?

DIA 24 DE AGOSTO, SÁBADO

9h

MEMÓRIA RECENTE DO MOVIMENTO FEMINISTA

Linha do tempo da história recente do feminismo brasileiro, exposição visual comentada por *Rivane Arantes*

10h30

ELABORAÇÃO COLETIVA SOBRE MOVIMENTO FEMINISTA

Coordenação: *Carmen Silva*

Trabalho em pequenos grupos por 1h em cima de questões

11h30

Os grupos devem apresentar seu trabalho em cartelas com cores distintas e a coordenação do momento vai montando o painel agregando por proximidade e comentando.

12h30 - ENCERRAMENTO COM RODA DE AVALIAÇÃO

LEGALIZAÇÃO
DO ABORTO
JÁ!



ENTER

